

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	13
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	14
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião	70
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	72
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.964.596
Preferenciais	0
Total	2.964.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/01/2012	Juros sobre Capital Próprio	13/02/2012	Ordinária		0,02650

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	9.871.604	8.461.956	7.805.744
1.01	Ativo Circulante	4.317.310	3.882.908	3.412.530
1.01.01	Disponibilidades	41.070	81.071	72.203
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.272.762	945.792	889.579
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	763.001	399.995	380.110
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	550.210	586.246	568.047
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-40.449	-40.449	-58.578
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.095.541	1.654.854	1.268.680
1.01.03.01	Carteira Própria	659.297	1.475.687	956.897
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	436.244	168.084	302.343
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	0	11.083	9.440
1.01.04	Relações Interfinanceiras	284.760	223.310	178.301
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.616	1.399	4.542
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	283.099	221.904	173.749
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	45	7	10
1.01.05	Relações Interdependências	235	584	1.092
1.01.06	Operações de Crédito	1.271.165	724.989	748.102
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	341.631	20.034	16.217
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	976.688	798.588	807.904
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-47.154	-93.633	-76.019
1.01.08	Outros Créditos	348.791	249.288	251.575
1.01.08.01	Carteira de Cambio	97.332	72.678	155.308
1.01.08.02	Rendas a Receber	51.924	57.684	29.296
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	2.219	1.439	1.027
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	36.763	409	1.075
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	10.256	4.010	23.353
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	16.996	6.263	4.728
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	116.592	107.196	50.690

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	214	26	20
1.01.08.09	Diversos	21.491	2.232	10.897
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-4.996	-2.649	-24.819
1.01.09	Outros Valores e Bens	2.986	3.020	2.998
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.338	1.362	1.406
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-191	-213	-213
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	1.839	1.871	1.805
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.317.282	4.344.122	4.148.727
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	3.757.618	2.629.750	2.611.437
1.02.02.01	Carteira Própria	3.745.406	2.628.594	2.610.913
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	12.212	1.156	524
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.570	12.570
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.570	12.570
1.02.05	Operações de Crédito	898.924	984.352	780.438
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	313.505	325.085	193.000
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	611.837	735.659	664.145
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-26.418	-76.392	-76.707
1.02.07	Outros Créditos	648.171	717.337	744.282
1.02.07.01	Rendas a Receber	0	10.195	61.102
1.02.07.02	Pagamentos a Ressarcir	0	20	6
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	464.605	468.767	497.337
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	5.051	902	2.046
1.02.07.05	Devedores por Depósito em Garantia	0	25.072	21.480
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	178.546	196.359	160.358
1.02.07.07	Diversos	0	16.027	1.958
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	-31	-5	-5
1.02.08	Outros Valores e Bens	0	113	0
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	0	113	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.03	Ativo Permanente	237.012	234.926	244.487
1.03.01	Investimentos	267	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625	1.626
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358	-1.359
1.03.02	Imobilizado de Uso	115.911	114.692	119.147
1.03.02.01	Imóveis de Uso	40.905	42.208	41.594
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	129.614	113.393	107.393
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.270	53.910	54.176
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-102.878	-94.819	-84.016
1.03.04	Intangível	119.224	114.864	115.150
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	153.565	138.107	0
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-34.341	-23.243	0
1.03.05	Diferido	1.610	5.103	9.923
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	41.073	41.187	41.187
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	-39.463	-36.084	-31.264

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	9.871.604	8.461.956	7.805.744
2.01	Passivo Circulante	6.398.977	5.090.063	4.734.453
2.01.01	Depósitos	2.257.112	2.249.988	1.949.476
2.01.01.01	Depósitos à Vista	579.028	591.548	455.256
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	456.821	468.393	349.964
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	2.173	0	92.335
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.219.090	1.183.613	1.044.590
2.01.01.05	Outros Depósitos	0	6.434	7.331
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	434.165	168.059	302.078
2.01.02.01	Carteira Própria	434.165	168.059	302.078
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1.444	382	2.595
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.444	382	2.595
2.01.05	Relações Interdependências	482	5.055	376
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	99	5.018	375
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	383	37	1
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	101.243	69.541	153.660
2.01.06.01	Empréstimos no País - Inst. Oficiais	0	0	7.019
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	101.243	69.541	146.641
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	92.104	89.730	123.498
2.01.07.01	Tesouro nacional	24.380	32.122	32.350
2.01.07.02	BNDES	47.013	52.109	84.289
2.01.07.03	CEF	57	56	175
2.01.07.04	FINAME	20.654	5.443	6.684
2.01.09	Outras Obrigações	3.512.427	2.507.308	2.202.770
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	1.179	803	1.027
2.01.09.02	Carteira de Cambio	293	9.118	490
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	85.615	78.834	29.470
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	23.585	48.410	61.320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	2.921.201	1.991.201	1.753.160
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	59.867	57.074	49.986
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	328.958	261.324	250.774
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	15.819	392	3.720
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	40.743	27.811	26.182
2.01.09.11	Cheques Administrativos	5.834	7.524	5.335
2.01.09.12	Credores Diversos	29.333	24.817	21.306
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.538.412	1.438.281	1.173.973
2.02.01	Depósitos	80.538	89.307	67.474
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	80.538	89.307	67.474
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	376.293	350.232	233.075
2.02.07.01	Tesouro Nacional	8.586	10.527	8.709
2.02.07.02	BNDES	242.932	203.456	198.530
2.02.07.03	CEF	0	55	108
2.02.07.04	FINAME	124.775	136.194	25.728
2.02.09	Outras Obrigações	1.081.581	998.742	873.424
2.02.09.01	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	62.884	48.077	47.282
2.02.09.02	Provisão para Passivos Contingentes	1.018.697	950.665	826.142
2.05	Patrimônio Líquido	1.934.215	1.933.612	1.897.318
2.05.01	Capital Social Realizado	1.219.669	1.219.669	1.205.234
2.05.01.01	Capital	1.219.669	1.219.669	1.205.234
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253	16.688
2.05.03	Reservas de Reavaliação	30.809	34.595	35.843
2.05.03.01	Ativos Próprios	30.809	34.595	35.843
2.05.04	Reservas de Lucro	678.132	674.203	641.909
2.05.04.01	Legal	75.285	71.356	64.248
2.05.04.02	Estatutária	602.847	602.847	577.661
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.352	2.892	-2.356

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	3.352	2.892	-2.356

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	972.658	820.489	711.646
3.01.01	Operações de Crédito	306.840	282.830	294.104
3.01.02	Res. Oper. Títulos e Valores Mobiliários	636.647	514.282	410.606
3.01.03	Resultado de Operações de Câmbio	28.547	23.318	6.807
3.01.04	Resultado de Aplicações Compulsórias	624	59	129
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-594.234	-501.362	-493.423
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-200.845	-152.412	-155.014
3.02.02	Oper. de Empréstimos Cessões e Repasses	-315.439	-213.222	-168.698
3.02.03	Prov. para Crédito Liquidação Duvidosa	-77.950	-135.728	-169.711
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	378.424	319.127	218.223
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-231.069	-123.665	-191.319
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	435.980	447.408	351.905
3.04.02	Despesas de Pessoal	-331.013	-313.487	-271.718
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-232.379	-207.657	-171.231
3.04.04	Despesas Tributárias	-59.236	-59.049	-48.877
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	328.593	335.918	308.694
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-373.014	-326.798	-360.092
3.05	Resultado Operacional	147.355	195.462	26.904
3.06	Resultado Não Operacional	5.892	41.014	1.705
3.06.01	Receitas	13.220	41.453	4.999
3.06.02	Despesas	-7.328	-439	-3.294
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	153.247	236.476	28.609
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-73.168	-111.381	-123.265
3.09	IR Diferido	5.233	29.507	121.992
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-6.744	-12.439	-1.036
3.10.01	Participações	-6.744	-12.439	-1.036
3.10.01.01	Participações Estatutárias no Lucro	-6.744	-12.439	-1.036
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	78.568	142.163	26.300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,0265	0,04795	0,00887

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.256.087	381.899	374.209
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	543.070	606.358	517.303
6.01.01.01	Lucro Líquido	78.568	142.163	26.300
6.01.01.02	Despesas de depreciação e Amortização	28.574	32.973	20.781
6.01.01.03	Provisão p/Oper.créd./outros créditos	78.350	135.728	169.711
6.01.01.04	Ganhos de capital	-490	-405	-532
6.01.01.05	Despesas de prov.passivos contingentes	139.834	109.726	103.819
6.01.01.06	Desp.de provisão para risco do FNO	222.847	213.209	198.443
6.01.01.07	Reversão de Provisões para Oper.Créd. e Outros Créd.	-400	0	0
6.01.01.08	Reversão Outras Provisões Operacionais	-4.213	-32.319	-1.219
6.01.01.09	Despesas com Perdas Permanentes com TVM	0	5.283	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	713.017	-224.459	-143.094
6.01.02.01	(Aumento)/redução em TVM p/ negociação	255.779	-109.849	-25.345
6.01.02.02	(Aumento)/redução em outros val.e bens	271	-130	397
6.01.02.03	Redução/(aumento) aplic.interf.liquidez	36.036	-94.261	-271.965
6.01.02.04	Redução/(aumento) rel.interf.e interd.	-64.612	-42.034	6.548
6.01.02.05	(Aumento) em operações crédito	-531.612	-310.854	-30.694
6.01.02.06	(Aumento)/redução em outros créditos	-36.933	23.962	-74.775
6.01.02.09	(Redução)/aumento em depósitos	-1.645	322.345	164.948
6.01.02.10	Aumento/(redução) obrigações empr.repasse	60.137	-730	-13.506
6.01.02.11	Aumento/(redução) captações merc.aberto	266.106	-134.019	-30.687
6.01.02.12	Aumento em outras obrigações	729.490	121.111	131.985
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-854.592	-318.255	-417.747
6.02.01	(Aumento) em TVM dispon. p/venda	-779.918	-294.674	-417.306
6.02.02	Inversões em imobilizado de uso	-23.321	-11.399	-4.838
6.02.04	Baixas do diferido	0	0	5
6.02.05	Alienação do imobilizado de uso	7.995	971	5.390
6.02.06	Aplicação do diferido	0	0	-21

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.02.07	Aplicação do intangível	-15.678	-14.472	-977
6.02.08	Baixa do intangível	220	1.483	0
6.02.09	Baixa da reserva de reavaliação por transferencia	65	-164	0
6.02.10	Redução/(aumento)em TVM mantidos até o vencimento	-43.955	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-78.490	-110.953	-27.651
6.03.05	Juros s/ capital próprio	-78.490	-110.953	-27.651
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	323.005	-47.309	-71.189
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	481.066	528.375	599.564
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	804.071	481.066	528.375

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	34.595	674.203	0	2.892	1.933.612
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	34.595	674.203	0	2.892	1.933.612
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	78.568	0	78.568
5.05	Destinações	0	0	0	3.929	-82.419	0	-78.490
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-78.490	0	-78.490
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	3.929	-3.929	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	3.929	-3.929	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	460	460
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	460	460
5.12	Outros	0	0	-3.786	0	3.851	0	65
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-6.418	0	6.418	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Res. Reavaliação	0	0	2.632	0	-2.567	0	65
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	30.809	678.132	0	3.352	1.934.215

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.205.234	16.688	35.843	641.909	0	-2.356	1.897.318
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.205.234	16.688	35.843	641.909	0	-2.356	1.897.318
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	142.163	0	142.163
5.05	Destinações	0	0	0	32.294	-143.247	0	-110.953
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-110.953	0	-110.953
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	32.294	-32.294	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	32.294	-32.294	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	5.248	5.248
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	5.248	5.248
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	14.435	-14.435	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	-1.248	0	1.084	0	-164
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.970	0	1.806	0	-164
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Res. Reavaliação	0	0	722	0	-722	0	0
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	34.595	674.203	0	2.892	1.933.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.205.234	16.688	38.509	640.594	0	-15.468	1.885.557
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.205.234	16.688	38.509	640.594	0	-15.468	1.885.557
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	26.300	0	26.300
5.05	Destinações	0	0	0	1.315	-28.966	0	-27.651
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-27.651	0	-27.651
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	1.315	-1.315	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	13.112	13.112
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	13.112	13.112
5.12	Outros	0	0	-2.666	0	2.666	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-4.445	0	4.445	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Res.Reaval.	0	0	1.779	0	-1.779	0	0
5.13	Saldo Final	1.205.234	16.688	35.843	641.909	0	-2.356	1.897.318

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	1.665.174	1.509.103	1.204.239
7.01.01	Intermediação Financeira	972.658	820.489	711.646
7.01.02	Prestação de Serviços	435.980	447.408	351.905
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-77.950	-135.728	-169.711
7.01.04	Outras	334.486	376.934	310.399
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-516.284	-365.634	-323.712
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-568.914	-496.270	-505.226
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-34.550	-29.156	-26.607
7.03.02	Serviços de Terceiros	-161.350	-140.315	-118.527
7.03.04	Outros	-373.014	-326.799	-360.092
7.04	Valor Adicionado Bruto	579.976	647.199	375.301
7.05	Retenções	-28.574	-32.973	-20.781
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.574	-32.973	-20.781
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	551.402	614.226	354.520
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	551.402	614.226	354.520
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	551.402	614.226	354.520
7.09.01	Pessoal	277.327	271.288	225.432
7.09.01.01	Remuneração Direta	209.578	208.871	166.880
7.09.01.02	Benefícios	52.291	47.712	45.808
7.09.01.03	F.G.T.S.	15.458	14.705	12.744
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	187.602	195.562	97.471
7.09.02.01	Federais	182.998	190.539	93.008
7.09.02.02	Estaduais	32	16	18
7.09.02.03	Municipais	4.572	5.007	4.445
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.905	5.213	5.317
7.09.03.01	Aluguéis	7.905	5.213	5.317
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	78.568	142.163	26.300
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	78.490	110.953	27.651

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	78	31.210	-1.351

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração
Exercício 2011****Senhores Acionistas,**

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., acompanhadas do Relatório de Administração, referentes ao exercício de 2011, os quais foram elaborados em consonância com as normas definidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

1. Contextualização**1.1 Banco da Amazônia: sete décadas dedicadas à Região**

Criado no ano de 1942 com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Banco da Amazônia, hoje, tem a missão precípua de “criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente” tendo como foco de atuação a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região.

Durante a sua existência, o Banco se mantém como principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica na construção de um padrão de vida com qualidade, compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades que a Amazônia oferece, alinhado às políticas do Governo Federal, estados e municípios.

O compromisso da Instituição com o desenvolvimento sustentável possibilitou o redirecionamento de sua forma de atuação, a qual passou do tradicional para o sustentável, buscando inserir a economia regional nos mercados nacional e internacional, mediante a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, dentre outros.

O Banco continua a focar suas ações nos planos políticos e programas de governo, como a Política Nacional de Reforma Agrária, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Política Nacional de Turismo e Operação Arco Verde, entre outras.

1.2 Cenário econômico

Após um primeiro semestre de crescimento econômico anualizado na ordem de 4,9%, a economia brasileira diminuiu bastante seu ritmo de expansão na segunda metade do ano, respondendo às políticas econômicas contracionistas implementadas pelo Governo naquele momento. Em período imediatamente anterior, o Produto Interno Bruto (PIB) permaneceu inalterado no terceiro trimestre, ao passo que no resultado acumulado de quatro trimestres houve variação de 3,7%.

A produção da indústria nacional reduziu o ritmo ao longo do ano. Por sua vez, a Balança Comercial brasileira encerrou 2011 com superávit 47,9% superior ao do ano passado. O saldo de US\$27,790 bilhões foi derivado de uma corrente de comércio com recordes tanto no lado das exportações quanto nas importações, US\$256,041 e US\$226,251 bilhões, respectivamente.

Apostando em um aprofundamento da crise econômica da Europa e seus reflexos na economia nacional, o Comitê de Política Monetária (COPOM), em reunião de 31.08.2011, iniciou um ciclo de redução na taxa básica de juros, mesmo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em doze meses em trajetória ascendente e acima da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

meta de inflação estabelecida pelo Governo. Desde então a meta da taxa SELIC foi reduzida em 150 pontos-base, saindo 12,5%a.a. e encerrando 2011 em 11%a.a.

Esse movimento reduziu o custo de captação dos bancos, que se refletiu em menores taxas pagas pelos tomadores de crédito. Por outro lado uma SELIC menor impacta na rentabilidade da carteira de tesouraria das instituições financeiras.

2. Programas e ações desenvolvidas

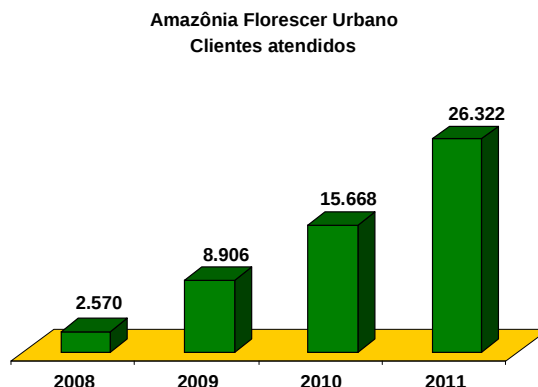
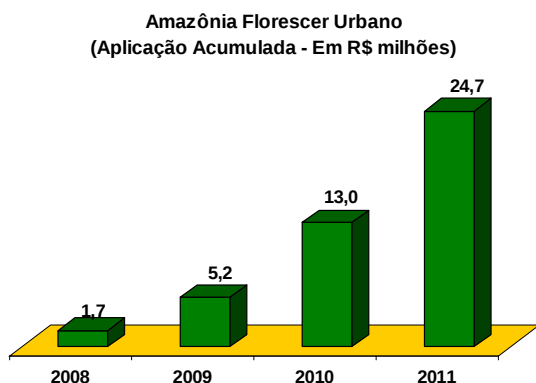
A gestão do novo modelo de financiamento implementado pelo Banco tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada estado. Isso supõe que os agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

2.1 Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - AMAZÔNIA FLORESCER

Em 2011, o Microcrédito Produtivo Orientado teve um grande impulso no Brasil com o lançamento do Programa CRESCER pelo Governo Federal para estimular o mercado microfinanceiro e o empreendedorismo popular. Neste cenário favorável, o Banco manteve a disponibilização do Programa de Microfinanças, denominado Amazônia Florescer, o qual visa atender, através da concessão e acompanhamento do crédito, os empreendedores populares e agricultores familiares, promovendo a inclusão financeira e a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento com equidade social e sustentabilidade econômica na região da Amazônia Legal.

Acompanhando a política do governo federal, o Banco expandiu o programa Amazônia Florescer, em que foram abertas oito unidades de microfinanças, sendo três na vertente urbana (Santarém-PA; Castanhal-PA; e Manaus-AM) e cinco na vertente rural (Capanema-PA; Macapá-AP; Pedreira-PA; Santarém-PA e Tailândia-PA).

O volume de aplicação ficou na ordem de R\$12 milhões, crescimento de 105,22% em relação a 2010. Alcançou o montante de R\$24,7 milhões ao longo de quatro anos de sua existência, sendo beneficiados 10.654 clientes, com um acumulado de 26.322 clientes.



A sustentabilidade é um desafio encarado com grande responsabilidade pelo Amazônia Florescer. Sua missão vai muito além de permitir o acesso ao crédito. O Banco quer ser um grande parceiro apoiando o empreendimento de seus clientes.

Para o alcance desse objetivo, é fundamental a capacitação continuada de todos os envolvidos com o programa. Para isso o programa contou com o apoio do Banco

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Interamericano de Desenvolvimento (BID) que disponibilizou recursos financeiros para o desenvolvimento da gestão organizacional e estratégica do programa e para a formação dos recursos humanos diretamente envolvidos com o processo de concessão e acompanhamento do crédito (capacitação em análise da necessidade de investimento, gestão em microfinanças e oficina administrando a inadimplência).

Outro aspecto importante foi fidelizar e valorizar os clientes do programa com a realização de ações rotineiras de entrega de “Certificados de Boas Práticas de Gestão” aos clientes com pagamentos do crédito em dia; de confraternização “Café com o Cliente”, visando a captação de novos clientes; e de realização do 1º Encontro Anual de Coordenadores de Grupo Solidários.

2.2 Projetos de reflorestamento

Cerca de R\$43 milhões foram aplicados pelo Banco da Amazônia em projetos de reflorestamento e manutenção da floresta amazônica, por meio do FNO-Biodiversidade, que tem como fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que é voltado para a implantação, ampliação, modernização, reforma e realocação de empreendimentos que privilegiem o uso de recursos naturais, utilizando as boas práticas de manejo.

A linha FNO-Biodiversidade beneficia produtores rurais, populações tradicionais da Amazônia não contemplados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e pessoas jurídicas que tenham a sede da administração no País e sejam organizadas em conformidade com a lei brasileira.

O Banco da Amazônia foi agraciado com o prêmio internacional ALIDE VERDE, pelo trabalho desenvolvido com o programa FNO-Biodiversidade. A premiação ocorreu durante a 41ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral da Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE) que reúne 80 membros da América Latina e Caribe. O prêmio foi entregue ao presidente do Banco, Abidias Junior, no Hotel Sheraton-Asunción, em Assunção, no Paraguai.

O prêmio ALIDE VERDE tem por objetivo principal o reconhecimento das iniciativas dos bancos de desenvolvimento da América Latina e Caribe, que contribuem para o desenvolvimento econômico e social e que também visam ao progresso em conjunto com a preservação do meio ambiente.

2.3 Apoio à Assistência Técnica

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Banco da Amazônia envida esforços que possibilitam a execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

No desenvolvimento de ações voltadas ao apoio dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), foram firmados convênios de repasse de recursos com os estados do Acre, Pará, Rondônia, Tocantins e Amazonas, este último com convênio ativo, ainda em fase de liberação de recursos.

Os recursos disponibilizados pelo Banco, de natureza não reembolsável, no valor de R\$3 milhões, são investidos no fortalecimento da infraestrutura física dos Órgãos de ATER (aquisição de carros, motocicletas, embarcações e equipamentos diversos como computadores, GPS, entre outros) e capacitação de técnicos e produtores rurais, a fim de qualificar o crédito da Agricultura Familiar e melhorar os serviços de extensão rural.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Carteira de Fomento**

Com sua missão de ser o principal agente financeiro do Governo Federal para promover o desenvolvimento da Região Amazônica, o Banco da Amazonia S.A. dispõe de recursos financeiros específicos para essa finalidade.

Esses recursos denominam-se de fomento, os quais são compostos entre outros, por recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), fonte mais expressiva em volume e setores/segmentos beneficiados, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), além de recursos de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e do Orçamento Geral da União (OGU).

Em 2011, o volume de crédito de fomento contratado alcançou o montante de R\$2.510,3 milhões, sendo liberado R\$2.866,7 milhões, envolvendo contratações de exercícios anteriores.

3.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) é a principal fonte para promover o desenvolvimento humano, econômico e social das comunidades locais, atendendo projetos de agricultura e pecuária de pequena, média e grande escalas, microempresas voltadas às exportações e negócios nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços que maximizem resultados socioeconômicos, com baixo impacto ambiental.

No exercício de 2011, foram contratados, com recursos do FNO, 32.064 operações de crédito no valor total de R\$1.870,2 milhões. As atividades de menor porte (micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais) demandaram o maior número de contratações, correspondendo a 31.299 operações realizadas (98% do total).

Cabe destaque para os empreendimentos dos pequenos agricultores de base familiar e as operações de microfinanças, tendo sido contratadas 28.271 operações (88% do total). Houve aporte de R\$428,1 milhões, dos quais R\$426,3 milhões somente para as operações do PRONAF, com 27.356 contratos.

Para empreendedores individuais, correspondendo a 217 contratos, foram alocados R\$970,8 mil.

As atividades do setor rural demandaram 40% dos financiamentos (R\$747,2 milhões) e 92% das operações contratadas (29.258 contratos), com destaque para as operações do PRONAF, com R\$426,3 milhões em 27.356 operações e as operações do segmento agropecuário, com 1.168 operações, no valor total de R\$270,6 milhões. Nos demais setores, destaque para a infraestrutura, com a contratação de cinco projetos no valor total de R\$503,2 milhões e as atividades de comércio e prestação de serviços, com 1.960 operações de crédito no valor total de R\$382,6 milhões.

Os estados que mais demandaram recursos do FNO foram, na ordem, Amazonas com R\$533,3 milhões (29%), Rondônia com R\$459,2 milhões (25%) e Pará com R\$407,9 milhões (22%). Em termos de contratações, constata-se o estado do Pará com o maior número de contratos, 14.176 operações realizadas (44%), seguido por Tocantins com 5.942 operações (19%) e Amazonas com 5.179 operações (16%).

3.2 Outras fontes

Utilizando outras fontes de recursos (FAT/BNDES/OGU), foram contratadas 3.960 operações, envolvendo recursos na ordem de R\$77,9 milhões (R\$22,0 milhões em 2010).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Através do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o qual tem por finalidade financiar investimentos para implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados na Amazônia Legal, foram aplicados R\$383,6 milhões, beneficiando, especialmente, o setor hidroelétrico.

3.3 Agricultura familiar

Várias são as ações que o Banco vem implementando com relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com destaque para o mecanismo de monitoramento dos serviços de assistência técnica, visando garantir melhor qualidade na aplicação dos recursos; instituição do gatilho da inadimplência; vistoria prévia nas propriedades dos proponentes de projetos para acesso ao crédito; exigência de garantias reais para operações com valores superiores a R\$18 mil; reformulação da declaração de posse mansa e pacífica e capacitação de técnicos interna e externamente.

3.4 Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas empresas também tiveram o apoio financeiro do Banco, com ampliação da oferta do crédito, alcançando o total de R\$664,6 milhões (R\$797,4 milhões em 2010), correspondente a R\$380,5 milhões em micro e R\$284,1 milhões em empresas de pequeno porte. A maior parte dos recursos teve origem na carteira de fomento (R\$616,9 milhões), ficando a carteira comercial com o total de R\$47,7 milhões.

4. Crédito Comercial

Através de sua carteira de Crédito Comercial, o Banco busca atender as necessidades de curto prazo dos clientes da carteira de fomento, bem como satisfazer as demandas creditícias dos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo, através de operações de câmbio e de crédito geral.

A média anual de aplicação da Carteira Comercial, em 2011 foi de R\$1.125,8 milhões, incremento na ordem de 2,7% em relação a 2010, em que R\$1.056,1 milhões representam o saldo médio da carteira de Crédito Comercial (evolução de 6,3% em relação a 2010) e R\$69,7 milhões representam o saldo médio da área de Câmbio.

5. Desempenho Econômico - Financeiro

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2011 com ativos totais de R\$9.871,6 milhões, registrando crescimento de 16,7% em relação a 2010 (R\$8.462,0 milhões).

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários juntamente com Aplicações Interfinanceiras permanecem como os maiores componentes, representando 62,1% desse total, seguida da Carteira de Operações de Crédito, com 22,0%.

A carteira de crédito (desconsiderando as operações com recursos do FNO) encerrou o exercício com saldo de R\$2.337,5 milhões, o que representa uma evolução de 19,9% em relação a 2010 (R\$1.950,3 milhões).

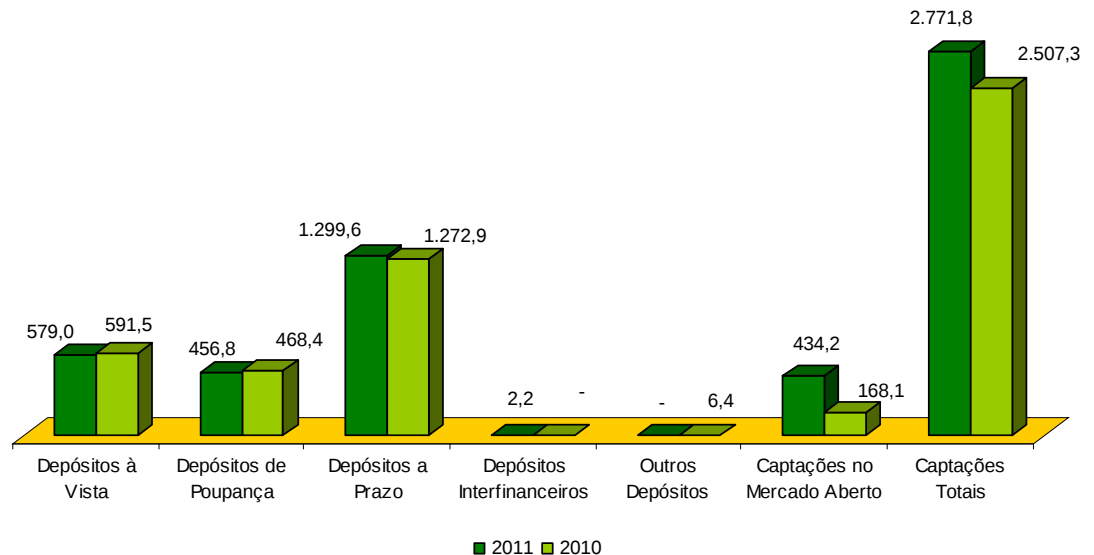
A carteira de crédito apresentou melhoria na qualidade em razão das novas políticas adotadas para sua concessão e acompanhamento, evidenciado através da redução da inadimplência, bem como pelo decréscimo das operações vencidas (a partir de 15 dias) do total da carteira, que em 2010 era de 11,3% passando a corresponder a 4,8% em 2011. Os créditos classificados como de risco AA a C, representam 94,6% do total da carteira enquanto que no exercício anterior eram de 89,3%. O Índice de Qualidade da Carteira (IQC) fechou em 8,5% (7,2% em 2010).

Em termos de captação no mercado, o Banco, no exercício de 2011, manteve-se praticamente com o mesmo desempenho do ano anterior, encerrando com o saldo de R\$2.336,7 milhões em depósitos (R\$2.339,3 milhões em 2010), que, somados às

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

operações compromissadas (lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro), totalizaram R\$2.771,8 milhões (R\$2.507,3 milhões em 2010) de recursos.

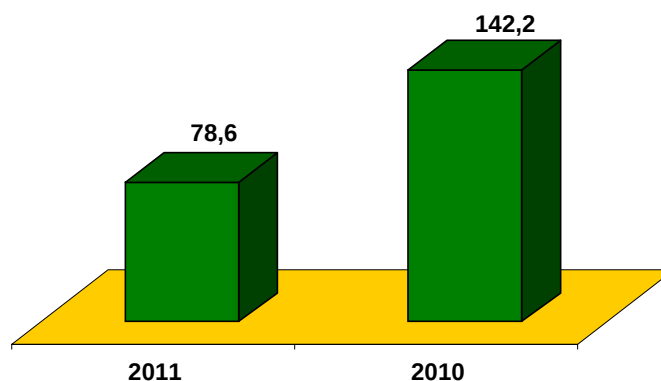
Captações de Mercado
(Em R\$ milhões)



As obrigações por empréstimos e repasses, compostas por recursos do BNDES, Orçamento Geral da União (OGU) e Caixa Econômica Federal (CEF), fecharam com saldo de R\$468,4 milhões (R\$440,0 milhões em 2010), com uma participação de 5,8% no total do passivo.

Em termos de resultado, o Banco da Amazônia S.A. encerrou o exercício de 2011 com lucro líquido de R\$78,6 milhões, inferior em 44,7% em relação ao ano de 2010. Com o lucro líquido obtido no exercício, a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 2010 ficou em 4,1% (7,5% no ano anterior) e corresponde a R\$0,03 por ação.

Lucro Líquido
(Em R\$ milhões)



O Patrimônio Líquido manteve-se, também, estável comparativamente a 2010 (R\$1.934,2 milhões em 2011 e R\$1.933,6 milhões em 2010). A rentabilidade em relação ao patrimônio líquido de 2010 foi de 4,1%, uma vez que o lucro ajustado, após a constituição da reserva legal, no montante de R\$78,5 milhões (R\$142,2 milhões em 2010), foi totalmente distribuído

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

O índice de Basileia ficou em 17,1% em 2011 (22,6% em 2010).

6. Rede de Atendimento

O Banco da Amazônia faz parte da vida de quem mora na Região Amazônica por meio da concessão de crédito, apoios e patrocínios que geram emprego, renda e melhoria na qualidade de vida das populações locais.

Para isso, a política de expansão sempre será uma constante para a Instituição, uma vez que somente assim o Banco cumpre sua meta, que é promover o desenvolvimento sustentável da Região.

No exercício de 2011, foram inauguradas nove novas unidades de negócios (pontos de venda) e efetuou a renovação de mais de 140 terminais eletrônicos. Essas inaugurações incrementaram em 8,3% a rede de agências do Banco da Amazônia, que agora passa a contar com 181 unidades de atendimento na Amazônia Legal, sendo 117 agências, 54 postos de atendimento eletrônico (PAE), cinco postos de atendimento bancário (PAB) e cinco postos de atendimento avançado (PAA).



O Banco da Amazônia também faz parte da Rede TECBAN, que conta atualmente com 44 mil terminais de auto atendimento, sendo 12 mil da Rede Banco24 horas e 32 mil oriundas do compartilhamento de redes, distribuídos estrategicamente em todos os estados brasileiros.

7. Recursos Humanos

O Banco encerrou o ano de 2011 com 3.085 empregados e 379 estagiários, totalizando 3.464 colaboradores. Para esses empregados são desenvolvidos, permanentemente, programas de treinamento e capacitação. Os cursos são focados, em especial, para as áreas operacionais e técnicas. Assim, em 2011, foram investidos R\$3,3 milhões, em 207 eventos.

8. Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF)

Em razão do desequilíbrio atuarial verificado no Plano de Benefício Definido (BD) administrado pela CAPAF, no final de 2000, foi adotada nova estratégia com o objetivo de solucionar os problemas de déficit do plano, que envolvia a implantação de um novo plano, na modalidade de contribuição definida para os benefícios programados, denominado Plano Misto de Benefícios.

O Plano Misto foi efetivamente implantado em 01.06.2001, entretanto esse novo Plano sofreu forte resistência por parte das associações representativas de empregados e aposentados, culminando com diversas ações judiciais, sendo que, em 19.12.2001, foi decretada a suspensão dos seus efeitos pelo Judiciário, somente retornando à normalidade em 2004. Migraram para o Plano Misto 936 participantes, dentre ativos e assistidos, representando 30,45% do total.

A partir de então, a CAPAF passou a administrar dois planos de benefícios: um plano BD que teve sua aprovação em 1981 e um plano Misto.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em virtude da continuidade do desequilíbrio dos planos de previdência administrados pela CAPAF, em fevereiro de 2005 o Conselho de Administração do Banco aprovou a contratação de consultoria especializada para formatar um plano de recuperação.

Em março/2006, foi assinado "Termo de Compromisso", a ser encaminhado à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), com prazo de 90 dias, firmado entre o Banco da Amazônia, CAPAF, Associação dos Empregados (AEBA), a Associação dos Aposentados (AABA) e demais entidades representativas dos empregados (sindicatos e confederações).

No referido Termo "as partes assumiram o expresse compromisso de envidar todos os esforços possíveis para buscar, de comum acordo e mediante propostas negociadas de concessões mútuas, uma solução viável e definitiva para o equacionamento do déficit do Plano BD".

Em agosto/2006, foi assinado o "Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos de Benefícios da CAPAF", no qual, novamente, as partes acordam em envidar todos os esforços, atuando com grupos de interesses que representavam, a fim de permitir a correta compreensão de todos os que possam aderir à referida reestruturação dos planos.

Considerando a complexidade e o volume de recursos envolvidos no projeto, inúmeras tratativas foram mantidas no âmbito do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Previdência Complementar.

Decorridos mais de três anos, após contemplar os ajustes sugeridos pelas diversas esferas do governo federal, a quem o Banco está subordinado, o projeto foi entregue à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em 06.08.2010, foram publicadas no Diário Oficial da União as Portarias nºs 585, 586, 587, 588 e 589, todas de 05.08.2010, pelas quais a PREVIC autorizou a aplicação dos regulamentos do Plano de Benefícios Previdenciários Prev Amazônia; do Plano Saldado de Benefício Definido; e do Plano Misto de Benefícios Saldado; e aprovou as alterações dos regulamentos do Plano Misto de Benefícios e do Plano de Benefícios Previdenciais (BD). Referidos atos fixaram o prazo de 180 dias para início de funcionamento dos planos.

De acordo com estudo desenvolvido pela consultoria contratada para implantação do projeto de reestruturação da CAPAF, o déficit atingiu o montante de R\$1,207 bilhão, dados com base em fevereiro/2010, cabendo ao Banco a responsabilidade por 72,84% da insuficiência de recursos.

Com o propósito de prestar esclarecimentos a respeito da versão final dos novos planos de benefícios, foram realizadas reuniões, primeiramente com os signatários dos "Termos de Compromisso", e, posteriormente, em todas as principais cidades da Amazônia e mesmo naquelas localizadas fora da Região nas quais o Banco não mais possui representação, mas onde ainda residem grupos de aposentados e pensionistas, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza.

Mesmo enfrentando forte resistência por parte de algumas entidades representativas dos empregados e aposentados, foi iniciada, em novembro de 2010, a fase de adesão.

Diante das dificuldades para implantação, a PREVIC autorizou a prorrogação, por mais 120 dias, do prazo para início do funcionamento dos novos planos de benefícios.

Exauridos todos os recursos líquidos, no mês de março a CAPAF não pôde honrar com o pagamento da folha de benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas) de sua responsabilidade, vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD), fato que originou o ingresso de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ações judiciais, por parte dos beneficiários do plano, cujas sentenças obrigam o Banco e a CAPAF a procederem, solidariamente, o pagamento, a cada dia 23, da complementação do benefício previdenciário dos aposentados e pensionistas de responsabilidade da CAPAF, vinculados ao Plano BD.

Por força da decisão judicial, o Banco da Amazônia já repassou à CAPAF, o valor de R\$28,0 milhões, compreendendo o período de março a dezembro/2011.

Mesmo diante do quadro que se apresentava, em 08.07.2011, foi realizado mais um seminário, em Belém (PA), com a participação de mais de 300 pessoas entre ativos, aposentados e pensionistas, com o propósito de prestar novos esclarecimentos a respeito do projeto de reestruturação da CAPAF e apresentar experiências de caixas de previdência complementar de entidades congêneres como a PREVI (Banco do Brasil); CAPEF (Banco do Nordeste) e CAFBEP (Banco do Estado do Pará), além da participação do Consultor Jurídico da CAPAF e Presidente Nacional da OAB que discorreu sobre a atuação do Estado na fiscalização da gestão dos fundos de pensão.

A partir de então, o Banco deflagrou uma campanha mais agressiva de informação, intensificando as comunicações internas; promovendo reuniões com grupos específicos de participantes, visitando as dependências da Matriz e agências e residência de assistidos, e passou a utilizar a mídia externa escrita, de rádio e televisão, alertando a sociedade para a grave situação da CAPAF.

Duas campanhas publicitárias foram veiculadas na televisão, com inserção em horário nobre e no intervalo dos programas de maior audiência, com a participação de cantora e de ator de renome nacional.

A CAPAF passou a contatar diretamente com os aposentados e pensionistas que ainda não haviam efetivado a adesão, mantendo um canal 0800 para prestar esclarecimentos a respeito do projeto. Além da sede da CAPAF, foi mantido um estande no andar térreo do Edifício Sede do Banco para atendimento aos associados da CAPAF.

Em 30.09.2011, esgotou o prazo concedido pela PREVIC para início do funcionamento dos novos planos que alcançaram o índice de 61,20% de adesão do público-alvo, aquém, portanto, do percentual estabelecido para viabilizar, atuarialmente, a implantação do projeto. Aderiram 2.196 de um total de 3.587 participantes.

Diante da não implantação do plano de reestruturação, a PREVIC, através das Portarias nºs 573 e 574, publicadas no Diário Oficial da União de 04.10.2011, decretou a intervenção e nomeou o interventor da CAPAF, tendo sido fixado o prazo de 180 dias para a conclusão.

O Banco continua registrando e repassando, normalmente, as suas contribuições, inclusive aquelas decorrentes de decisão judicial para complementação da insuficiência de recursos para pagamento da folha de benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas) de responsabilidade da CAPAF vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD).

9. Gestão de riscos

A gestão de risco operacional do Banco da Amazônia está inserida nas melhores práticas recomendadas pelo Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil.

É constituída por um conjunto de diretrizes, tendo por objetivo proporcionar adequado gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

sistemas da Instituição e encontra-se acessível a todos os empregados através de sistema corporativo.

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), parte complementar do processo de gestão de riscos, é um importante componente da gestão do risco operacional, em que estão estabelecidos os fundamentos da gestão de continuidade de negócios na Instituição.

A estrutura de gestão do risco operacional é responsável por desenvolver políticas, processos e procedimentos que permitam identificar, avaliar e gerenciar os riscos operacionais da Instituição, permeando toda a Organização, inclusive as unidades e níveis hierárquicos que possuem papéis e responsabilidades.

10. Investimento Social

O foco do Banco da Amazônia não está restrito apenas ao crédito para desenvolvimento da Região Amazônica. A Instituição busca estar presente nos projetos sociais e culturais, por meio de uma política transparente e democrática, realizando anualmente o edital de patrocínios, em que os projetos inscritos são analisados por uma comissão multidisciplinar, tomando por base a aderência aos objetivos do Banco, às ações governamentais e, sobretudo, a execução no âmbito regional, envolvendo todos os municípios da Amazônia. Após classificados em ordem decrescente pela pontuação, os projetos de patrocínio são selecionados por um comitê e validados pela Diretoria Executiva do Banco.

No exercício de 2011, foram aplicados mais de R\$6 milhões (quase R\$4,2 milhões em 2010), em mais de 290 projetos em toda a Região Amazônica, beneficiando diretamente mais de 25 mil pessoas e indiretamente mais de 3,5 milhões em ações de patrocínio nos diversos segmentos de atuação, tais como: exposições e congressos, ações de valorização social, esportiva e cultural.

Dentre os projetos executados em 2011, destacam-se:

No âmbito cultural: Cultura a Céu Aberto, realizado na cidade de Rio Branco (AC); Festival Internacional de Audiovisual Pachamama – Cinema de Fronteira, integração cultural entre Brasil, Peru e Bolívia; XXIV Festival Internacional de Música do Pará, realizado pela Fundação Carlos Gomes em Belém(PA).

No âmbito social e ambiental: Educando para Evitar o Sofrimento: ações em parceria com a Marinha do Brasil que atende pessoas escarpeladas por hélice de motor nos rios da Amazônia; Arte na Escola: busca oportunizar às crianças e aos jovens em situação de risco a possibilidade de conhecer e estudar a arte da dança, teatro e xadrez; Novo Amanhã: busca contribuir para a socialização e fortalecimento da auto-estima de idosos, com perspectiva de favorecer a vivência saudável do processo de envelhecimento; Reflore-Ser: programa de educação ambiental que visa à redução das queimadas, a partir da sensibilização, formação, capacitação e qualificação dos diversos atores no processo de preservação ambiental.

No âmbito institucional: Quinta Cultural: abriga ações socioculturais e de cidadania empresarial, mantendo a posição desenvolvimentista regional do Banco não somente no campo da economia, como também de fomentador da cultura regional. O projeto encerrou 2011 arrecadando 43.640 kg de alimentos. Acumulou arrecadação total de 270.420 kg, com atendimento de cerca de 624 instituições e aproximadamente 121.600 pessoas; Campanha Natal Solidário: A Campanha Natal Solidário 2011 foi direcionada aos funcionários, mas toda a sociedade pôde participar. O material arrecadado (23.418 brinquedos) foi dividido igualmente entre as 120 instituições participantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**11. Governança****Circular 3.068/2001 – Registro e avaliação contábil de instrumentos derivativos**

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R\$360,8 milhões, que representam 7,4% do total de sua carteira de títulos.

Auditoria independente

O Banco adota políticas internas para atender aos princípios que preservem a independência de seus auditores, de acordo com as normas brasileiras e internacionais. Essas políticas consistem em que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no Banco, nem promover os interesses do Banco.

Em referência a Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, o Banco da Amazônia informa que a Ernst & Young Terco, Auditora Independente do Banco, foi contratada em 17 de junho de 2009 através do processo de licitação, tipo “menor preço”, modalidade pregão eletrônico 2009/023, para prestar serviços de assessoria na implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Banco da Amazônia. O contrato permite a prorrogação em até 48 meses.

Conforme escopo dos serviços propostos e com base nas normas de independência profissional da Ernst & Young Terco e dos órgãos reguladores, os serviços a serem prestados pela Ernst & Young Terco não constam na lista dos serviços não permitidos para clientes de auditoria. Na prestação dos serviços, a Ernst & Young Terco não estará agindo em nome da administração do Banco, não efetuará os cálculos de ajustes, remodelamentos de sistemas contábeis e de controles internos, preparação das demonstrações financeiras e não estará na posição de auditar o seu próprio trabalho. Dessa forma, a Ernst & Young Terco declara que a prestação destes serviços não afeta a sua independência profissional, enquanto auditores independentes do Banco da Amazônia.

Comitê de Auditoria (COMAUD)

Em atendimento a Resolução nº 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco dispõe de um Comitê de Auditoria, como unidade de apoio ao Conselho de Administração, com atribuições e encargos estabelecidos na legislação e regulamentação vigente e no Estatuto Social do Banco.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco da Amazônia constitui um canal de comunicação entre a Instituição, clientes e usuários de seus produtos e serviços. Durante o exercício de 2011, ocorreram um mil e trinta e seis (1036) demandas, compreendendo seiscentos e sessenta (660) reclamações, dezessete (17) solicitações, nove (09) elogios, dez (10) sugestões, trinta e sete (37) denúncias e trezentos e três (303) pedidos de informação. Todas as manifestações recebidas foram respondidas dentro do prazo estabelecido pela Resolução nº 3.849/2011, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As manifestações podem ser recebidas através do telefone (0800 722 21 71) ou do endereço eletrônico ouvidoria@bancoamazonia.com.br, que pode ser acessado diretamente do sítio do Banco (www.bancoamazonia.com.br). Podem também ser agendados atendimentos presenciais ou encaminhadas mensagens via correio para o endereço: Av. Presidente Vargas nº 800 – Bairro: Campina - Belém-PA, CEP nº 66017-000.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Agradecimentos**

A confiança de seus clientes e o comprometimento de seus colaboradores são os pilares que têm permitido ao Banco da Amazônia ser identificado pela marca , que representa solidez e dinamismo, levando-o a continuar **Movimentando a Amazônia. E a sua vida.**

A todos os nossos agradecimentos.

Administração

Notas Explicativas**ÍNDICE**

Nota 1 - Contexto Operacional
Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3 - Principais Práticas Contábeis
Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários
Nota 7 - Carteira de Crédito
Nota 8 - Outros Créditos – Diversos
Nota 9 - Permanente
Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto
Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
Nota 12 - Obrigações por Repasses
Nota 13 - Outras Obrigações
Nota 14 - Patrimônio Líquido
Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social
Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado
Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)
Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 22 - Fundos de Investimento Financeiro
Nota 23 - Partes Relacionadas
Nota 24 - Benefícios a Empregados
Nota 25 - Remuneração Paga aos Empregados e Administradores
Nota 26 - Processo de Gerenciamento de Riscos
Nota 27 - Análise de Sensibilidade
Nota 28 - Informações Complementares
Nota 29 - Outras Informações

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, o Banco da Amazônia S.A. (Banco), tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade, abrangendo câmbio e crédito pessoal.

É um dos órgãos do Governo Federal que promove e executa suas políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, daí operar e administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº19), sendo, também, responsável pela administração do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota nº17) e agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº18).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº11.638/2007 e pela Lei nº11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *Internacional Financial Reporting Standard* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória.

3. Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.
- b) O resultado é apurado de acordo com o regime contábil da competência mensal.
- c) Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
- d) Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço; os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.
- e) As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.
- f) Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas

Notas Explicativas

Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, do BACEN, e estão distribuídos em três categorias:

Títulos para Negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos Disponíveis para Venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Para marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são utilizados parâmetros como: cotações pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), critérios que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, bem como o preço calculado pelo fator de risco e liquidez da marcação a mercado.

Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados e apropriados *pro rata dia* pelo método exponencial, de acordo com as cláusulas de remuneração.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor de venda e o valor atualizado dos títulos é levada ao resultado, como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários, conforme o caso.

- g) As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução nº 2.682/1999, do CMN, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e verificáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- h) No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição; os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação. O Diferido é composto por gastos com a aquisição e desenvolvimento de sistemas e métodos e adaptação de dependências, avaliado ao custo incorrido. No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco (nota nº 9.d).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados, gastos diferidos e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução nº 3.565/2008.

Notas Explicativas

- i) É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment*, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

- j) Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.
- k) A obrigação do Banco relacionada aos benefícios pós-emprego, compreendendo complementação de aposentadoria e auxílio saúde é atualizado trimestralmente de acordo com a avaliação atuarial realizada por empresa especializada, em conformidade com a Deliberação nº 600/2009 da CVM (nota nº 24).
- l) As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

O Banco registra e controla o crédito tributário sobre provisões indedutíveis temporariamente, sendo sua baixa realizada de acordo com a legislação fiscal vigente (nota nº 15.b).

- m) Na elaboração das demonstrações financeiras do Banco são utilizadas estimativas e estabelecidas premissas que impactam os valores nelas reportados, especialmente quanto às provisões e marcações a mercado. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.
- n) Para a constituição de provisão de passivos contingentes e, em atendimento ao CPC nº 25 e aprovação pelo CMN através da Resolução nº 3.823/2009, são adotados métodos estatísticos históricos dos últimos cinco anos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2011	2010
Disponibilidades	41.070	81.071
Disponibilidade em moeda nacional	35.931	61.083
Disponibilidade em moeda estrangeira	5.139	19.988
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	763.001	399.995
Aplicações no mercado aberto	763.001	399.995
TOTAL	804.071	481.066

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias.

Notas Explicativas**5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

	2011	2010
Aplicações no mercado aberto	763.001	399.995
Posição Bancada	763.001	399.995
Letras Financeiras do Tesouro	163.000	239.996
Letras do Tesouro Nacional	600.001	99.999
Notas do Tesouro Nacional	-	60.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	509.761	545.797
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	550.210	586.246
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(40.449)	(40.449)
TOTAL (no curto prazo)	1.272.762	945.792

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no exercício R\$134.848 (R\$88.376 em 2010).

6. Títulos e Valores Mobiliários

	2011	2010
Carteira própria - livres	4.404.703	4.104.281
Títulos Públicos	3.802.240	3.725.176
Letras Financeiras do Tesouro	3.003.375	2.795.505
Letras do Tesouro Nacional	47.630	42.028
Notas do Tesouro Nacional	421.174	558.708
Certificados Financeiros do Tesouro	329.720	328.514
Títulos da Dívida Agrária	341	421
Títulos Privados	602.463	379.105
Debêntures	265.630	246.646
Cotas de Fundos de Investimento	184.574	131.510
Outros	152.259	949
Vinculados a operações compromissadas	436.244	168.084
Títulos Públicos	436.244	168.084
Letras Financeiras do Tesouro	436.244	168.084
Vinculados a prestação de garantias	12.212	12.239
Títulos Públicos	12.212	12.239
Letras Financeiras do Tesouro	12.212	12.239
TOTAL	4.853.159	4.284.604
 Saldo de curto prazo	 1.095.541	 1.654.854
Saldo de longo prazo	3.757.618	2.629.750

Classificação dos títulos e valores mobiliários**a. Quanto ao vencimento**

	2011				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos
1-Títulos para negociação(*)	-	-	247.834	-	530.440
Títulos Públicos	-	-	247.834	-	530.440
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	247.834	-	530.440

Notas Explicativas

2-Títulos Disponíveis para venda	84.586	210.036	2.525.373	270.663	623.404	3.714.062
Títulos Públicos	50.322	171.359	2.075.779	221.898	592.241	3.111.599
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.859.418	221.898	592.241	2.673.557
Letras do Tesouro Nacional	-	47.630	-	-	-	47.630
Notas do Tesouro Nacional	50.322	123.729	216.361	-	-	390.412
Títulos Privados	34.264	38.677	449.594	48.765	31.163	602.463
Debêntures	-	20.525	214.642	20.349	10.114	265.630
Cotas de Fundos de Invest. – FIDC	782	5.457	95.388	28.416	21.049	151.092
Cotas de Fundos de Invest. – FI REF	33.482	-	-	-	-	33.482
Outros Títulos – Privados – Letras Financeiras/NP	-	12.695	139.564	-	-	152.259
3-Títulos Mantidos até o vencimento	22.497	148	227	7.769	330.182	360.823
Títulos Públicos	22.497	148	227	7.769	330.182	360.823
Notas do Tesouro Nacional	22.497	63	57	7.683	462	30.762
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	329.720	329.720
Outros títulos públicos - TDA	-	85	170	86	-	341
TOTAL 2011	107.083	210.184	2.773.434	278.432	1.484.026	4.853.159
TOTAL 2010	553.107	732.867	1.113.036	1.481.450	404.144	4.284.604

(*) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

b) Quanto aos ajustes

	31.12.2011		AJUSTES DO EXERCÍCIO		
	CUSTO	MERCADO	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2011
Para negociação	778.403	778.274	(208)	79	(129)
Letras Financeiras do Tesouro	778.403	778.274	(208)	79	(129)
Disponíveis para venda	3.708.476	3.714.062	4.820	766	5.586
Letras Financeiras do Tesouro	2.674.407	2.673.557	(555)	(295)	(850)
Letras do Tesouro Nacional	47.251	47.630	(191)	570	379
Notas do Tesouro Nacional	386.088	390.412	(4.586)	8.910	4.324
Debêntures	264.082	265.630	1.992	(444)	1.548
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	(1.146)	1.146	-
Cotas de Fundos de Investimentos – FIDC	152.117	151.092	9.306	(10.331)	(1.025)
Cotas de Fundos de Investimentos – FI REF	33.482	33.482	-	-	-
Outros Títulos Privados	151.049	152.259	-	1.210	1.210
Mantidos até o vencimento⁽¹⁾	360.823	360.823	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional ⁽²⁾	30.762	30.762	-	-	-
Certificados Financeiros do Tesouro ⁽³⁾	329.720	329.720	-	-	-
Outros títulos públicos - TDA ⁽⁴⁾	341	341	-	-	-

(1) Para fins contábeis, esses títulos estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$39.610 em 31 de dezembro de 2011;

(2) Pela característica de emissão, esses títulos são inegociáveis e destinados ao pagamento das alienações das participações societárias;

(3) Recebidos pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

(4) Títulos recebidos como resultado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, não possuindo cotações junto ao mercado secundário.

No exercício de 2011, foi efetuada a reclassificação dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) da categoria de “Disponível para Venda” para “Mantidos Até o Vencimento”.

O montante reclassificado correspondeu a R\$329.720 (R\$328.515 em 2010), sendo que desse total, R\$316.453 (R\$316.664 em 2010) estavam vinculados ao pagamento do déficit da CAPAF e, portanto, não marcados a mercado, dado o objetivo de repasse àquela Caixa pelo valor de face.

Notas Explicativas

Caso essas CFT's estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$38.637 (R\$42.023 em 2010).

As CFT's apresentam as seguintes características:

- Data da emissão: - 01 de julho de 2000;
- Modalidade: nominativa e negociável;
- Forma de atualização monetária – IGP- M;
- Juros remuneratórios – 6% a.a.;
- Amortização - mensal de principal (conforme tabela price) e juros;
- Data de vencimento – 01 de março de 2022.

As receitas com TVM totalizaram no exercício R\$502.051 (R\$413.772 em 2010).

7. Carteira de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	2011			2010		
	Normal	Vencidas	Total	Normal	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.040.862	56.085	1.096.947	743.070	160.291	903.361
Títulos descontados	17.507	1.379	18.886	28.120	1.492	29.612
Financiamentos	800.442	6.919	807.361	542.540	5.492	548.032
Financiamentos rurais	277.661	42.806	320.467	347.969	50.392	398.361
Subtotal	2.136.472	107.189	2.243.661	1.661.699	217.667	1.879.366
Outros créditos	7.223	47	7.270	2.232	75	2.307
Diversos	7.223	47	7.270	2.232	75	2.307
Subtotal	2.143.695	107.236	2.250.931	1.663.931	217.742	1.881.673
Adiantamento sobre contrato de câmbio	80.950	5.569	86.519	65.243	3.378	68.621
TOTAL DA CARTEIRA	2.224.645	112.805	2.337.450	1.729.174	221.120	1.950.294
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(18.236)	(55.336)	(73.572)	(15.975)	(154.050)	(170.025)
(Outros créditos)	(40)	(7)	(47)	(16)	(2)	(18)
(Câmbio)	(2.648)	(2.332)	(4.980)	(893)	(1.743)	(2.636)
TOTAL DAS PROVISÕES	(20.924)	(57.675)	(78.599)	(16.884)	(155.795)	(172.679)
TOTAL LÍQUIDO	2.203.721	55.130	2.258.851	1.712.290	65.325	1.777.615

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
AA	10.724	15.315	8.829	16.584	37.197	269.646	358.295
A	417.760	510.956	50.334	100.393	86.781	233.504	1.399.728
B	119.002	44.798	210.452	12.663	23.807	2.105	412.827
C	5.252	446	2.643	1.553	3.050	2.747	15.691
D	2.453	11.738	1.408	9.720	2.466	50	27.835
E	851	80	159	367	851	542	2.850
F	234	7	10	998	816	-	2.065
G	1.132	33	-	295	857	9	2.326
H	1.125	307	117	904	312	263	3.028

Notas Explicativas

TOTAL 2011	558.533	583.680	273.952	143.477	156.137	508.866	2.224.645
TOTAL 2010	629.064	208.035	54.924	164.823	170.082	502.246	1.729.174

Operações vencidas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
B	13.212	1.042	5	-	-	-	14.259
C	1.080	7.724	1.475	308	-	-	10.587
D	4.205	1.609	4.632	976	-	-	11.422
E	1.248	1.764	2.822	10.129	2.973	-	18.936
F	188	523	990	7.748	220	-	9.669
G	42	1.317	193	5.348	1.019	-	7.919
H	660	1.884	2.205	4.151	28.214	2.899	40.013
TOTAL 2011	20.635	15.863	12.322	28.660	32.426	2.899	112.805
TOTAL 2010	19.875	18.420	15.466	48.732	49.963	68.664	221.120

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos, nos nove níveis de risco e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas:

2011	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado										
Rural	114.558	134.124	16.398	5.114	9.849	15.222	5.606	2.803	16.793	320.467
Indústria	222.301	165.205	187.531	10.710	20.118	522	622	4.494	1.970	613.473
Comércio	10.880	190.387	61.962	5.844	5.495	2.905	2.756	1.019	10.792	292.040
Serviços	2.990	129.341	151.280	509	902	1.047	1.290	403	7.244	295.006
Pessoas físicas	7.566	125.528	9.915	4.101	2.893	2.090	1.460	1.526	6.242	161.321
Intermediários Financ.	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7
Setor público	-	655.136	-	-	-	-	-	-	-	655.136
TOTAL DA CARTEIRA	358.295	1.399.728	427.086	26.278	39.257	21.786	11.734	10.245	43.041	2.337.450
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(6.999)	(4.271)	(788)	(3.926)	(6.536)	(5.867)	(7.171)	(43.041)	(78.599)
2010										
TOTAL DA CARTEIRA	324.312	850.063	527.100	39.531	30.550	14.707	15.525	5.882	142.624	1.950.294
Provisão requerida e constituída	-	(4.251)	(5.271)	(1.186)	(3.055)	(4.412)	(7.763)	(4.117)	(142.624)	(172.679)

Quanto aos Setores de Atividade Econômica, a carteira está assim apresentada:

	2011	2010
Setor Público	655.136	345.119
Administração Direta	137.142	135.025
Administração Indireta	201.785	-
Atividades Empresariais	316.209	210.094
Setor Privado	1.682.314	1.605.175
Rural	320.467	400.801
Indústria	613.473	460.852
Comércio	292.040	305.120
Pessoas Físicas	161.321	159.441
Outros Serviços	295.006	278.961
Intermediários Financeiros	7	-

Notas Explicativas**TOTAL DA CARTEIRA****2.337.450****1.950.294**

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	2011	2010
Saldos no início do período	(172.679)	(177.550)
Provisões constituídas	(78.350)	(138.054)
Valores baixados para prejuízo	172.030	140.599
Reversões	400	2.326
Saldos no fim do período	(78.599)	(172.679)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controladas em conta de compensação, corresponde a R\$714.433 (R\$558.883 em 2010).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$20.249 (R\$45.740 em 2010).

Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito:

	2011	2010
Empréstimos	174.280	159.686
Títulos descontados	7.123	10.740
Financiamentos	74.648	32.303
Financiamentos rurais	30.540	34.361
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	20.249	45.740
TOTAL	306.840	282.830

Concentração dos principais devedores:

	2011		2010	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
10 maiores devedores	1.278.828	54,7	829.122	42,51
50 maiores devedores seguintes	429.642	18,4	364.061	18,67
100 maiores devedores seguintes	126.896	5,4	137.323	7,04
Demais devedores seguintes	502.084	21,5	619.788	31,78
TOTAL	2.337.450	100,0	1.950.294	100,0

8. Outros Créditos - Diversos

Os Outros Créditos estão substancialmente formados pelos valores demonstrados abaixo, exceto pelas Operações de Câmbio, que possuem características de crédito e estão apresentadas na carteira de crédito (Nota nº 7):

	2011	2010
Crédito tributário (nota nº 15.b)	581.196	575.963
Títulos e créditos a receber	188.802	200.364
CAPAF ⁽¹⁾	143.142	135.535
Tecnologia	43.089	62.824
Outros	2.571	2.005
Devedores por compra de valores e bens	7.270	2.307
Devedores por depósitos em garantia	36.763	25.481
Devedores para apuração de responsabilidades	14.489	12.280

Notas Explicativas

Impostos e contribuições a compensar	214	26
Pagamentos a ressarcir	16.996	6.283
Diversos	7.003	6.018
TOTAL	852.733	828.722
Saldo de curto prazo	204.531	121.575
Saldo de longo prazo	648.202	707.147

(1) De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "outros créditos diversos" o montante de R\$143.142 decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Contribuição Definida e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido.

9. Permanente

	2011	2010
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
TOTAL	267	267

b) Imobilizado de uso

	2011	2010
Móveis e equipamentos em estoque	1.041	1.164
Imobilizações em curso	24.985	11.121
Imóveis de uso	62.817	70.024
Terrenos	2.669	3.252
Reavaliações de terrenos	13.223	16.076
Edificações	38.236	38.957
Reavaliações de edificações	35.047	37.834
(-) Depreciação acumulada	(26.358)	(26.095)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	11.209	12.313
Móveis e equipamentos de uso	34.604	33.849
(-) Depreciação acumulada	(23.395)	(21.536)
Outras imobilizações	15.859	20.070
Sistema de comunicação	1.439	1.322
Sistema de processamento de dados	63.569	62.415
Sistema de segurança	3.610	3.155
Sistema de transporte	366	366
(-) Depreciação acumulada	(53.125)	(47.188)
TOTAL	115.911	114.692

c) Diferido

	2011	2010
Gastos em imóveis de terceiros	5.686	5.618

Notas Explicativas

SFH – descontos concedidos	44	44
Gastos com projetos logiciais	14.946	14.952
Instalação e adaptação de dependências	5.362	5.538
Reestruturação e modernização sistema operacional	15.035	15.035
(-) Amortização acumulada	(39.463)	(36.084)
TOTAL	1.610	5.103

d) Intangível ⁽¹⁾

	2011	2010
Licenças de uso de software	16.142	1.949
Software desenvolvido e em desenvolvimento	137.423	136.158
(-) Amortização Acumulada	(34.341)	(23.243)
TOTAL	119.224	114.864

(1) Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	2011	2010
Limite para Imobilização	956.676	955.140
(-) Situação	(119.450)	(105.548)
Margem	837.226	849.591
Índice de imobilização	6,2%	5,5%

10. Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	2011						2010
	À Vista	A Prazo	Poupança	Dep.Interf.	Outros	Total	Total
Curto Prazo	579.028	593.787	456.821	2.173	625.303	2.257.112	2.249.988
Sem Vencimento	579.028	32.063	456.821	-	-	1.067.912	1.491.620
Até 90 dias	-	252.545	-	-	7.665	260.210	437.864
De 91 a 360	-	309.179	-	2.173	617.638	928.990	320.504
Longo Prazo	-	60.671	-	-	19.867	80.538	89.307
TOTAL	579.028	654.458	456.821	2.173	645.170	2.337.650	2.339.295

b) Os depósitos especiais com remuneração, classificados dentro de depósito a prazo, totalizaram R\$645.105 (R\$430.278 em 2010) e estão distribuídos da seguinte forma:

Notas Explicativas

	2011	2010
FAT	32.447	31.222
FRAP	39	139
FIDER	179	162
FINAM	8.855	6.779
Dep. Especiais Remunerados – SUDAM	603.585	391.976
TOTAL	645.105	430.278

- c) As Captações no Mercado Aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizam R\$434.165 (R\$168.059 em 2010), foram negociadas à taxa média anualizada de 11,8% e estão garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo. As despesas de captações geradas com essas operações totalizaram R\$28.701 (R\$16.783 em 2010).

- d) Despesas de captações no mercado:

	2011	2010
Despesas de Captações com Depósitos	172.144	135.629
A prazo	73.026	59.796
Poupança	31.852	25.507
Especiais	62.268	40.490
Interfinanceiros	173	5.840
Demais captações	4.825	3.996
Despesas de Captações no Mercado Aberto	28.701	16.783
Carteira própria	28.701	16.783
TOTAL	200.845	152.412

11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no período é de R\$101.243 (R\$69.541 em 2010), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 2,3% a.a. e a variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por Repasses

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

Notas Explicativas

	2011			2010		
	TAXA % ^(*)	PRAZO	VALORES	TAXA % ^(*)	PRAZO	VALORES
	a.a.	(ano)		a.a.	(ano)	
BNDES FINEM	6,7	4	16.630	6,3	6	7.503
BNDES Industrial	7,3	19	246.326	7,3	18	202.145
BNDES P. Física	8,0	1	625	8,0	2	1.330
BNDES Rural	4,5	3	12.434	5,0	2	26.714
BNDES Comércio	7,6	3,9	12.050	7,3	4	12.548
BNDES Serviços	7,2	4	1.596	7,3	4	4.947
BNDES Gov Munic	7,0	2	284	7,0	3	378
CEF	2,5	1	57	2,5	2	111
FINAME Industrial	9,8	5	2.222	8,8	8	1.664
FINAME Rural	6,6	2	3.966	7,1	4	7.940
FINAME Comércio	9,4	5	3.179	8,8	8	320
FINAME Serviços	8,8	8	136.062	8,8	8	131.714
STN OGU	1,1	2	32.925	1,1	1	42.600
STN – RECOOP	7,8	5	41	7,8	7	48
TOTAL	-	-	468.397	-	-	439.962
Curto Prazo	-	-	92.104	-	-	89.730
Longo Prazo	-	-	376.293	-	-	350.232

(*) Já acrescidas da variação da TJLP ou TR ou Cesta de Moedas, quando exigidos.

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES FINEM	117	804	296	2.290	6.898	5.731	494	16.630
BNDES Industrial	768	8.570	646	24.652	66.748	41.476	103.466	246.326
BNDES P. Física	-	387	89	149	-	-	-	625
BNDES Rural	350	1.196	1.053	4.315	4.479	1.041	-	12.434
BNDES Comércio	245	507	212	1.663	4.597	4.258	568	12.050
BNDES Serviços	57	105	30	243	752	409	-	1.596
BNDES Gov Munic	9	16	8	63	188	-	-	284
CEF	5	10	14	28	-	-	-	57
FINAME Industrial	69	151	192	311	504	318	677	2.222
FINAME Rural	-	224	539	1.291	1.912	-	-	3.966
FINAME Comércio	71	128	192	362	1.535	891	-	3.179
FINAME Serviços	1.076	2.919	912	12.223	35.027	35.028	48.877	136.062
STN OGU	16.192	1.506	2.176	4.500	8.082	469	-	32.925

Notas Explicativas

STN – RECOOP	1	-	2	4	3	3	28	41
TOTAL 2011	18.960	16.523	6.361	52.094	130.725	89.624	154.110	468.397
TOTAL 2010	30.268	13.736	6.094	39.632	129.030	82.913	138.289	439.962

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$32.925 (R\$42.600 em 2010).

O total repassado pelo Tesouro no exercício foi da ordem de R\$7.201 (R\$7.906 em 2010). São remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média SELIC e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No exercício, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$154 (R\$98 em 2010) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$2.504 (R\$2.304 em 2010).

13. Outras Obrigações**a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento**

	2011	2010
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	2.917.188	1.991.123
Marinha Mercante (FMM)	66.819	48.077
Outros	78	78
TOTAL	2.984.085	2.039.278
Saldo de curto prazo	2.921.201	1.991.201
Saldo de longo prazo	62.884	48.077

Os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no valor de R\$2.917.188 (R\$1.991.123 em 2010), corresponde a, aproximadamente, 97,8% desta rubrica. Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo BACEN (Nota nº19), não apresentando vencimento. O saldo dessa obrigação é de R\$2.984.085 (R\$2.039.278 em 2010).

b) Os outros saldos estão substancialmente apresentados abaixo:

	2011	2010
Provisão para passivos contingentes	1.347.655	1.211.989
Ações trabalhistas (nota nº 28. c)	28.534	28.215
Ações cíveis (nota nº 28. c)	25.777	23.542
Contribuição previdenciária - CAPAF (nota nº 24)	404.984	373.084
Aposentados responsabilidade do Banco (nota nº 24)	62.172	61.832
Auxílio-saúde a aposentados (nota nº 24)	97.947	87.499
Provisão – FNO (nota nº 19)	604.319	526.651
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 28. c)	18.173	19.398
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995 ⁽¹⁾	57.055	47.674
Outras provisões operacionais	14.792	12.280
Outros	33.902	31.814
Obrigações por aquisição de bens e direitos ⁽²⁾	40.743	27.811
Provisão para pagamentos a efetuar	59.868	57.074
Obrigações por convênios oficiais ⁽³⁾	15.819	392
Demais	35.166	32.341
TOTAL	1.499.251	1.329.607

Notas Explicativas**Saldo de curto prazo****480.554****378.942****Saldo de longo prazo****1.018.697****950.665**

(1) Corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação, totalizando, no período, R\$85.140;

(2) Corresponde a contratos celebrados com diversos prestadores de serviços que se encontram em andamento e os mesmos fazem parte do programa de investimento que o Banco está realizando/implementando para a modernização dos seus sistemas operacionais. A contrapartida desse valor está registrada contabilmente no grupo do "Ativo Intangível", na conta de software desenvolvido e em desenvolvimento;

(3) Corresponde ao registro, em nome dos respectivos beneficiários, dos créditos de recursos destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões e similares, objeto do convênio de prestação de serviços entre o Banco e a Previdência Social, conforme determina a carta-circular nº3.242/2006, do BACEN.

14. Patrimônio Líquido**a) Capital social**

O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.219.669 é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo a participação da União de 96,9% das ações.

	2011	2010
De domiciliados no país	2.963.031.481	2.962.523.045
De domiciliados no exterior	1.565.281	2.073.717
TOTAL	2.964.596.762	2.964.596.762

b) Destinação do lucro líquido

De acordo com o art. 59, inciso II, do Estatuto Social do Banco, a remuneração mínima devida aos acionistas deve corresponder a vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado em cada exercício social. Em 29 de dezembro de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária, o pagamento, na forma de juros sobre capital próprio (JCP), a totalidade do lucro do exercício, ajustado na forma da legislação vigente, a ser apurado em 31 de dezembro de 2011.

Do resultado apurado no exercício, foi destacada a Reserva Legal e ao saldo remanescente foi acrescentada a realização da reserva de reavaliação. O valor resultante, no montante de R\$78.490, foi atribuído aos acionistas, na forma de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, com pagamento em 13.02.2012.

A destinação do lucro está demonstrada a seguir:

Lucro líquido do exercício	78.568
Reserva Legal (5% do lucro líquido)	(3.929)
Saldo após a Reserva Legal	74.639
Realização da Reserva de Reavaliação	3.851
Base de cálculo do JCP	78.490
JCP	(78.490)

Em 2010, a remuneração dos acionistas foi no montante de R\$110.953, na forma de juros sobre capital próprio.

Notas Explicativas**c) Índice da Basileia (limite operacional)**

Em atendimento às Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3.490/2007, o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), para cálculo do Índice da Basileia, foram apurados conforme segue:

	2011	2010
PR Nível I	1.731.375	1.761.379
Capital Social	1.219.669	1.219.669
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva Legal	75.285	71.356
Reservas Estatutárias	602.847	602.847
Ajuste ao valor de mercado – TVM e Derivativos	3.352	2.892
Ativos Diferidos	(20.736)	(23.206)
Ajustes da marcação a mercado	(151.295)	(114.432)
PR Nível II	182.104	149.027
Reservas de Reavaliação	30.809	34.595
Ajustes da marcação a mercado	151.295	114.432
Patrimônio de Referência - PR	1.913.479	1.910.406
Parcela de risco de crédito (Pepr)	1.081.168	796.256
Parcela de risco de mercado (Pcam/Pjur)	280	266
Parcela de risco operacional (Popr)	145.357	131.795
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.226.805	928.317
Parcela de risco de mercado (Rban)	2.744	4.203
Excesso/Insuficiência de PR (PR – PRE – Rban)	683.929	977.886
Índice da Basileia: (PRx100)/(PRE/0,11)	17,1%	22,6%

15. Imposto de Renda e Contribuição Social**a) Provisões constituídas**

Neste exercício, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos e a demonstração das alíquotas efetivas para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social no período estão assim resumidas:

Notas Explicativas

	2011		2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação e participações	153.246	153.246	236.476	236.476
Participações Estatutárias	(6.744)	(6.744)	(12.439)	(12.439)
Juros sobre Capital Próprio	(78.490)	(78.490)	(110.953)	(110.953)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	68.012	68.012	113.084	113.084
Adições líquidas de caráter permanente	21.131	21.131	22.780	22.780
Adições líquidas de caráter temporário	103.367	103.367	147.278	147.278
Lucro tributável antes das compensações	192.510	192.510	283.142	283.142
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	28.876	28.876	42.471	42.471
Adicional de Imposto de Renda (10%)	19.227	-	28.290	-
Incentivos	(1.277)	-	(1.192)	-
Valores devidos	46.826	28.876	69.569	42.471
Realização Reserva de Reavaliação e outros	(1.584)	(950)	(412)	(247)
Valores registrados em resultado antes da ativação	45.242	27.926	69.157	42.224
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	(3.271)	(1.962)	(18.442)	(11.065)
Valores efetivamente registrados no resultado	41.971	25.964	50.715	31.159
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	61,7	38,2	44,8	27,5

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos s/ diferenças temporárias	581.196	575.963

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Deliberação CVM nº 273/1998.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a Ativação de seus créditos

Notas Explicativas

tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	Saldo em 2010	Constituição	Realização	Saldo em 2011
Imposto de Renda				
Provisão para Risco de Crédito	857.422	293.223	(256.069)	894.576
Auxílio pós-emprego	414.654	17.451	(45.110)	386.995
Outras Provisões	170.470	41.793	(38.206)	174.057
Base de Cálculo	1.442.546	352.467	(339.385)	1.455.628
Imposto de Renda Diferido (25%)	360.636	88.117	(84.846)	363.907
Contribuição Social				
Provisão para Risco de Crédito	857.422	293.223	(256.069)	894.576
Auxílio pós-emprego	414.654	17.451	(45.110)	386.995
Outras Provisões	163.438	41.793	(38.206)	167.025
Base de Cálculo	1.435.514	352.467	(339.385)	1.448.596
Contribuição Social Diferida (15%)	215.327	52.870	(50.908)	217.289
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	575.963	140.987	(135.754)	581.196
Participação dos créditos tributários no Patrimônio de Referência	30,2%	-	-	30,4%
Participação dos créditos tributários no Ativo Total	6,8%	-	-	5,9%

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2011, apresenta-se da seguinte forma:

CRÉDITOS DE IMPOSTO DE RENDA	2012	2013	2014	2015	2016	De 2017 a 2021	TOTAL
Crédito Tributário de Imposto de Renda	46.246	53.304	51.648	33.471	29.209	150.029	363.907
Crédito Tributário de Contribuição Social	27.747	31.982	30.989	20.082	17.526	88.963	217.289
TOTAL DOS CRÉDITOS	73.993	85.286	82.637	53.553	46.735	238.992	581.196

Notas Explicativas

Taxa média de captação ao ano (%)	9,02	9,78	9,38	9,14	9,07	-	-
VALOR PRESENTE DESTES ATIVOS	67.871	71.261	63.126	37.483	29.991	96.276	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

d) Créditos tributários não ativados

O Banco possui créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$83.551 (R\$45.041 em 2010). Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado**a) Receitas de prestação de serviços**

	2011	2010
Rendas administração de fundos e programas	367.747	349.529
FNO	348.481	285.349
FINAM	7.346	55.819
FDA	7.672	4.280
Demais rendas	4.248	4.081
Rendas de tarifas bancárias	51.973	78.188
Pessoa física	19.841	22.784
Pessoa jurídica	32.132	55.404
Rendas de outros serviços	16.260	19.691
Tarifas de operações de crédito	1.929	1.635
Demais rendas	14.331	18.056
TOTAL	435.980	447.408

b) Despesas de pessoal

	2011	2010
Honorários	3.736	3.315
Benefícios	42.214	38.329
Encargos sociais	85.989	78.727

Notas Explicativas

Proventos	191.281	185.292
Treinamento	3.275	3.609
Remuneração de estagiários	4.518	4.215
TOTAL	331.013	313.487

c) Outras despesas administrativas

	2011	2010
Água, energia e gás	8.298	7.805
Aluguéis	7.905	5.213
Processamento de dados	48.754	33.840
Despesas de comunicações	30.325	29.991
Manutenção e conservação de bens	10.961	10.689
Despesas de material	2.078	3.729
Serviços de terceiros	11.702	9.594
Vigilância e segurança	13.607	11.554
Despesas de serviços do sistema financeiro	17.485	17.288
Despesas de promoções e relações públicas	7.853	7.993
Despesas de propaganda e publicidade	11.758	9.407
Despesas de publicações oficiais	2.090	1.887
Despesas de serviços técnicos especializados	6.233	7.979
Despesa de transporte	12.531	6.876
Despesas de viagens	7.798	6.152
Despesas de depreciação	13.895	14.561
Despesas de amortização	14.679	18.412
Demais despesas administrativas	4.427	4.687
TOTAL	232.379	207.657

d) Despesas tributárias

	2011	2010
ISS	3.445	3.996
COFINS	46.574	45.852
PIS/PASEP	7.568	7.451
Demais tributos	1.649	1.750
TOTAL	59.236	59.049

Notas Explicativas**e) Outras receitas e despesas operacionais**

Outras receitas operacionais	2011	2010
Del credere – FNO	268.999	238.473
Demais rendas operacionais	59.594	97.445
Recuperações de operações do FNO	22.773	32.966
Receita de variação de taxas do FMM	10.582	7.794
Receita de variação de taxa de câmbio	5.286	8.260
Recuperação de encargos e despesas	5.169	25.316
Imposto de Renda	-	8.755
Rendas sobre depósito compulsório	5.669	4.317
Demais receitas	10.115	10.037
TOTAL	328.593	335.918

Outras despesas operacionais	2011	2010
Despesas de provisão – FNO	222.847	213.209
Atualização de benefícios pós-emprego	59.932	58.530
Apuração de responsabilidade	5.754	2.938
Despesas de fundos de investimento	4.413	3.937
Despesas de variação de taxa de câmbio	11.862	15.276
Passivos judiciais e legais	9.316	8.291
Passivos trabalhistas	1.815	-
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	9.381	5.247
Despesas pós-emprego – assistidos	11.526	-
Despesas pós-emprego – auxílio saúde	16.341	-
Projeto excelência tecnológica	-	5.225
Despesa com agravamento de operações	11.954	-
Demais despesas operacionais	7.873	14.145
TOTAL	373.014	326.798

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da Região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. As regras nesse Decreto-Lei foram alteradas ao longo do tempo

Notas Explicativas

e, atualmente, estão vigentes as novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais, estabelecidas na Lei nº 8.167/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 101/1991 e alterações posteriores.

Com a edição da Portaria Interministerial de nº 158/2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, ficou estabelecida a remuneração devida ao Banco operador pela administração dos Fundos de Investimentos Regionais de 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo.

Encontra-se registrado na rubrica de Rendas a Receber o montante de R\$10.786 (R\$32.221 em 2010).

No exercício foi reconhecido como Receita de Prestação de Serviço o valor de R\$7.346 (R\$55.819 em 2010).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas. Através do Decreto nº 4.254/2002, foi aprovado o regulamento desse Fundo, tendo como agente operador as instituições financeiras federais.

No exercício foi liberado o montante de R\$383.621 (R\$214.002 em 2010), tendo o Banco recebido de taxa de administração R\$7.672 (R\$4.280 em 2010). Em 31 de dezembro de 2011, o Banco tem registrado, em Passivos Contingentes a título de provisão para fazer face ao risco de 2,5%, o montante de R\$239 (R\$137 em 2010).

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2011	2010
Taxa de administração ⁽¹⁾	348.481	285.349
Del-credere ⁽²⁾	268.999	238.473
Recuperação de operações ⁽³⁾	22.773	32.966
Remuneração do disponível ⁽⁴⁾	(258.450)	(165.005)
Desp. provisão (risco compartilhado) ⁽⁵⁾	(222.847)	(213.209)

1. Taxa de administração de 0,25% a.m. incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência, de acordo com a metodologia definida pelo Decreto nº 5.641/2005 e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do PRONAF, na forma do Manual de Crédito Rural (MCR) Cap. 10. Em atendimento ao art. 5º desse Decreto, o pagamento da taxa de administração do mês de referência é efetuado no 1º dia útil do mês seguinte à data base, sendo registrado na conta de Rendas a Receber, cujo saldo em 31.12.2011 é de R\$33.227 (R\$31.377 em 2010).
2. Del-credere de 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferi del-credere, por estar isento de risco;
3. Receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, sendo R\$4.963 referente a operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005;
4. Remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento"; e

Notas Explicativas

5. Calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999. Essa provisão está registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$604.319 (R\$526.651 em 2010).

No exercício, o Banco procedeu à baixa de R\$145.179 (R\$131.513 em 2010) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias. Este procedimento está de acordo com o determinado pelos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda, editado através da Portaria Interministerial nº 11/2005.

As recuperações de operações de crédito na forma de renegociação, por normativos legais e administrativos, importaram em R\$11.183 (R\$20.884 em 2010).

Foram desenvolvidos, no decorrer de 2011, trabalhos relacionados à apuração de indícios de fraudes e desvio de conduta em operações do PRONAF. O trabalho apresentado pela Comissão Especial, instaurada em 2010, evidenciou algumas ocorrências que já vêm sendo coibidas com a adoção de novas medidas preventivas. Adicionalmente, o Banco adotará a melhoria em determinados processos a fim de garantir maior conformidade entre as normas previstas para a operacionalização do PRONAF e a prática na aplicação de recursos à Agricultura Familiar pelas unidades do Banco.

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido por um Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco a geração de emprego e renda.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média SELIC e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do CODEFAT, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no exercício, no montante de R\$8.008 (R\$7.578 em 2010), conforme demonstrado a seguir:

	2011			2010	
	Taxa	Reembolsos	SalDOS	Reembolsos	SalDOS
Aplicado	TJLP	1.659	27.715	1.552	28.809
PROGER urbano	-	1.619	-	1.481	-
PRONAF	-	40	-	71	-
Disponível	TMS	371	4.732	271	2.413
PROGER urbano	-	354	-	257	-
PRONAF	-	17	-	14	-
Principal	-	5.978	-	5.755	-
PROGER urbano	-	5.816	-	5.498	-
PRONAF	-	162	-	257	-
TOTAL	-	8.008	32.447	7.578	31.222

Os recursos do FAT são aplicados em financiamentos, tendo como base o programa para a geração de emprego e renda (PROGER), nas modalidades:

Notas Explicativas

- a. PROGER- urbano – que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas e associações de produção e dos recém-formados;
- b. PRONAF - com finalidade de propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e melhoria de renda, mediante fornecimento de crédito e assistência aos agricultores familiares.

Programa	Resolução /TADE	31.12.2011			31.12.2010		
		Disponível TMS ⁽¹⁾	Aplicado TJLP	Total	Disponível TMS ⁽¹⁾	Aplicado TJLP	Total
PROGER urbano	024/2005	4.654	27.184	31.838	2.381	27.727	30.108
PRONAF	003/2007	78	531	609	108	1.006	1.114
TOTAL		4.732	27.715	32.447	2.489	28.733	31.222

(1) Recursos remunerados pela taxa média SELIC;

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	2011		2010	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	1.482	5,1	3.543	11,4
De 31 a 90 dias	1.350	4,6	1.235	4,0
De 91 a 180 dias	1.918	6,6	1.734	5,5
De 181 a 360 dias	3.492	12,0	3.315	10,6
Mais de 1 ano	24.205	71,7	21.395	68,5
TOTAL	32.447	100,0	31.222	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT foi de R\$28.836 (R\$29.526 em 2010), conforme abaixo demonstrado:

Programa	Resolução /TADE	31.12.2011	31.12.2010
PROGER	TADE 024	27.604	27.377
PRONAF	TADE 003	1.232	2.149
TOTAL	-	28.836	29.526

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Em parceria com o Banco do Brasil, a partir de 2009, o Banco passou a operar recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

Esse recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a., capitalizados trimestralmente.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica “Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento”, cujo montante no exercício é de R\$66.819 (R\$48.077 em 2010).

Notas Explicativas

22. Fundos de Investimento Financeiro

O Banco opera os Fundos de Investimento: Cotas de Fundos de Investimento Amazônia Renda Fixa Longo Prazo e Cotas de Fundos de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo; que são administrados e geridos pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desses Fundos, ainda permanecem os fundos de investimentos financeiros, antes custodiados pelo extinto Banco Santos: Fundos de Investimento Financeiro (FIF's), sendo a responsabilidade da gestão e custódia dos ativos indisponíveis do Banco da Amazônia, e os Fundos de Aplicação em Cotas (FAC's), administrados e geridos pela BNY Mellon Serviços Financeiros, e custodiados pelo Bradesco.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi afetado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	2011	2010
FIC Amazônia Renda Fixa Longo Prazo	1.199	1.860
FIF Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	24.948	22.915
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	91	163
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	40	34
Fundo Amazônia Mix "2"	34	92
Fundo Amazônia Credit 90	6	514

Neste exercício, foi transferido para o Banco o montante de R\$2.718 (R\$997 em 2010) correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos, referente às cotas adquiridas pelo Banco dos cotistas que já receberam por via judicial.

23. Partes relacionadas

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 24 (Benefícios a Empregados).

Os títulos e créditos a receber, depósitos a prazo e demais transações entre partes relacionadas, são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros e levando em conta a presumível ausência de risco.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no exercício está demonstrado a seguir:

	2011	2010
Receitas de taxa de administração	367.747	349.529

Notas Explicativas

Despesa de provisão FNO (risco compartilhado)	(236.150)	(213.209)
Despesas de contribuição patronal - CAPAF	(10.100)	(9.382)
Atualização de ajuste pós-emprego - CAPAF	(87.799)	(58.530)

24. Benefícios a empregados

O Banco é patrocinador da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF), que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares.

A CAPAF se mantém desenquadrada das regras definidas pela legislação vigente - Lei Complementar nº 109/2001, muito embora todas as medidas venham sendo adotadas, desde 2001, para reestruturação dos planos da CAPAF, aprovada pela Diretoria do Banco e Conselho Deliberativo daquela Caixa.

De acordo com os parâmetros definidos pela Deliberação CVM nº 600/2009, a consultoria atuarial contratada pelo Banco para efetuar os cálculos de responsabilidade do patrocinador junto à CAPAF, apresentou em seu relatório, base 31 de dezembro de 2011, um déficit no plano de benefício definido (BD), no montante de R\$404.984 (R\$373.084 em 2010), correspondente à parcela de responsabilidade do Banco nesse déficit (50,0%), conforme define a legislação vigente. O ajuste dessa obrigação no exercício importou em R\$59.932 (R\$28.290 em 2010).

O plano misto passou a apresentar déficit atuarial, a partir do último trimestre de 2010, não contabilizado pelo Banco. Em 31.12.2011 o déficit era de R\$56.851 (R\$58.007 em 2010).

Para cumprimento dos cálculos exigidos pela Deliberação CVM nº 600/2009, a consultoria atuarial contratada pelo Banco adotou como política contábil para reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, como receita ou despesa, o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que excederem, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

I – 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e

II – 10% do valor justo dos ativos do plano.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, em cada período, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

As características dos Planos são as seguintes:

a.1) Plano de Benefício Definido (PBD)

O Plano de Benefício Definido, aprovado em 14 de agosto de 1981, está estruturado na modalidade “Benefício Definido”, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, e encontra-se em extinção desde 19 de dezembro de 2000. Os benefícios assegurados por este Plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão por morte;
- Pecúlio por morte;
- Suplementação de auxílio reclusão; e

Notas Explicativas

- Suplementação de abono anual.

a.2) Plano Misto de Benefício (PMB)

O Plano Misto de Benefício, aprovado em 19 de dezembro de 2000, está estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005. Os benefícios assegurados por este Plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação antecipada de aposentadoria por tempo de serviço, contribuição ou benefício diferido;
- Suplementação de abono anual;
- Suplementação de pensão por morte;
- Pecúlio por morte;
- Benefício diferido por desligamento; e
- Benefício proporcional diferido.

a.3) Custeio dos Planos

Plano de Benefício Definido (PBD):

- Contribuição dos Ativos e Autopatrocinados sobre o salário de participação;
- Contribuição dos Assistidos sobre o somatório do Benefício Suplementar com o concedido pelo RGPS, exceto os pensionistas não optantes do PCS/94;
- Contribuição das Patrocinadoras sobre o total dos salários de participação;
- Jóia dos Participantes Ativos; e
- Outras fontes de custeio definidas no Regulamento.

Plano Misto de Benefício (PMB):

- Contribuição de Ativos e Autopatrocinados sobre o salário de participação;
- Contribuição dos Assistidos que migraram do Plano BD;
- Contribuição das Patrocinadoras sobre o salário de participação;
- Jóia de Participantes Ativos; e
- Outras fontes de custeio definidas no regulamento.

a.4) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação

Notas Explicativas

atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa real anual de desconto atuarial	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Taxa real anual de aumentos salariais	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	-	-	-	-
Aumento do auxílio-saúde no exercício seguinte	-	-	-	-	-	-	6,7%	6,7%
Taxa real de aumentos dos benefícios do plano	0,5%	0,5%	0,0%	0,0%	0,5%	0,5%	-	-
Taxa real de aumentos dos limites e benefícios do INSS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-	-	-
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Taxa real anual de retorno esperado dos ativos do plano	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa real anual de aumento dos custos de saúde	-	-	-	-	-	-	2,2%	2,2%

II – Demográficas	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	N/A	N/A	Nula	Nula
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-83M	AT-83M	AT 1983	AT 1983	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua mortalidade/sobrevivência aposentados	AT-83M	AT-83M	AT 1983	AT 1983	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27
Taxa de morbidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

a.5) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente obrigação atuarial no início do exercício	(601.876)	(553.305)	(147.038)	(143.628)
Custo do serviço corrente	(8.062)	(8.917)	(136)	(57)
Custo de juros	(64.862)	(59.531)	(16.324)	(15.719)
(Perdas) / Ganhos atuariais	5.041	3.143	(9.801)	6.979
Benefícios pagos pelo plano	52.210	16.734	20.700	5.387

Notas Explicativas

Valor presente obrigação no final do exercício	(617.549)	(601.876)	(152.599)	(147.038)
Valor justo dos Ativos Plano no início exercício	(181.977)	(157.048)	89.031	115.350
Retorno esperado dos ativos	(19.444)	(59)	12.337	12.052
Ganhos / (Perdas) Atuariais	7.943	(13.932)	14.672	(33.205)
Contribuições (empregador/participantes)	24.479	5.796	408	221
Benefícios Pagos pelo Plano	(52.210)	(16.734)	(20.700)	(5.387)
Valor justo dos Ativos Plano no final exercício	(221.209)	(181.977)	95.748	89.031
Total valor presente obrigação final do exercício	(838.758)	(783.853)	(152.599)	(147.038)
Com cobertura	-	-	(95.748)	(89.031)
Sem cobertura	(838.758)	(783.853)	(56.851)	(58.007)
Valor presente obrigação atuarial sem cobertura	(838.758)	(783.853)	(56.851)	(58.007)
Montante não reconhecido como (ativo)/passivo	-	-	28.425	29.003
Montante não reconhecido como ativo (passivo) – 39,8% do excesso	419.379	391.927	-	-
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	14.395	18.842	(20.011)	(18.300)
Passivo atuarial líquido reconhecido ao final do exercício	(404.984)	(373.084)	(48.437)	(47.304)
	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente obrigação atuarial no início do exercício	(74.241)	(68.607)	(118.781)	(125.157)
Custo do serviço corrente	-	-	(2.589)	(1.833)
Custo de juros	(7.593)	(7.388)	(12.715)	(13.046)
(Perdas) / (Ganhos) atuariais	595	(8.094)	14.825	15.334
Benefícios pagos pelo plano	12.238	9.848	5.936	5.921
Valor presente obrigação no final do exercício (sem cobertura)	(69.001)	(74.241)	(113.324)	(118.781)
Valor presente obrigação atuarial sem cobertura	(69.001)	(74.241)	(113.324)	(118.781)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	8.500	9.077
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	6.829	12.409	6.877	22.205
Passivo atuarial líquido reconhecido ao final do exercício	(62.172)	(61.832)	(97.947)	(87.499)

Notas Explicativas**a.6) Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no Balanço**

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do exercício	(373.084)	(344.795)	(47.304)	(55.044)
Pagamentos para plano líquido administração	14.284	5.045	204	62
Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida)	(46.184)	(33.334)	(1.337)	7.678
Passivo reconhecido no final do exercício	(404.984)	(373.084)	(48.437)	(47.304)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2011	2010	2011	2010
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do exercício	(61.832)	(58.678)	(87.499)	(76.746)
Pagamentos para plano líquido administração	12.238	9.848	5.936	5.921
Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida)	(12.578)	(13.002)	(16.384)	(16.674)
Passivo reconhecido no final do exercício	(62.172)	(61.832)	(97.947)	(87.499)

a.7) Despesa Total Reconhecida na Demonstração do Resultado

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	(4.031)	(8.917)	(68)	(57)
Contribuições	-	750	-	260
Custo de juros	(32.431)	(59.531)	(8.162)	(15.718)
Retorno esperado dos ativos	(9.722)	(59)	6.168	12.051
Amortização de ganhos/ (perdas) atuariais	-	21.392	725	1.451
Efeito do item 58 (b)/ou da responsabilidade dos Participantes e Assistidos	-	13.030	-	9.691
Total da (despesa) / receita reconhecida	(46.184)	(33.335)	(1.337)	7.678
Administração do Plano	(2.521)	(117)	(31)	(9)
Total da (despesa) / receita no exercício	(48.705)	(33.452)	(1.368)	7.669

Notas Explicativas

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-	(2.590)	(1.833)
Custo de juros	(7.593)	(7.388)	(12.715)	(13.046)
Amortização de ganhos/ (perdas) atuariais	(4.985)	(5.614)	(502)	(1.217)
Amortização de serviços passados	-	-	(578)	(578)
Total da (despesa) / receita reconhecida	(12.578)	(13.002)	(16.385)	(16.674)
Total da (despesa) / receita no exercício	(12.578)	(13.002)	(16.385)	(16.674)

a.8) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

	CAPAF		CAPAF	
	Plano BD		Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
Renda Fixa	11,8%	16,0%	81,5%	87,6%
Renda Variável	-	2,7%	1,5%	1,3%
Empréstimos	80,2%	63,2%	4,0%	2,2%
Imóveis	8,0%	18,1%	13,0%	8,9%
Total em percentual dos ativos	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

a.9) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

	CAPAF		CAPAF	
	Plano BD		Plano Misto	
	2011	2010	2011	2010
Em propriedade ocupada ou ativo utilizado	-	-	0,8%	1,0%

a.10) Descrição da Base utilizada para determinar a Taxa Esperada de Retorno dos Ativos**Plano de Benefício Definido (PBD):**

A taxa real de juros de 6% a.a é adotada no Plano de Benefícios Previdenciais, sendo que conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/06, a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais é de 6,0% a.a ou a sua equivalência mensal.

A taxa média real anual de retorno sobre os ativos do plano foi 11,3% , a qual corresponde a taxa de juros máxima para as projeções atuariais de 6,0% a.a, mais a inflação.

Notas Explicativas**Plano Misto de Benefício (PMB):**

A taxa esperada de retorno dos ativos do Plano de Benefícios Previdenciais foi apurada em função da meta atuarial, considerando a taxa real de juros e inflação.

Os planos Assistidos pelo Banco e Auxílio Saúde não mantêm ativos, desta forma a taxa de Retorno dos ativos não é aplicável para os mesmos.

a.11) Retorno anual dos Ativos

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Retorno real anual dos ativos	11,3%	11,3%	11,3%	11,3%	N/A	N/A	N/A	N/A
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

a.12) Montantes de pagamentos esperados no exercício seguinte

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Normais	15.403	5.719	268	74
Administração	2.718	1.009	29	9
Montante dos Pagamentos esperados no Exercício Seguinte	18.121	6.728	297	83

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2012	2011	2012	2011
Normais	14.235	11.992	6.082	6.003
Montante dos Pagamentos esperados no Exercício Seguinte	14.235	11.992	6.082	6.003

a.13) Efeito decorrente de aumento e redução de um ponto percentual nos custos do Auxílio-Saúde

	Auxílio-Saúde			
	Redução em 1 Ponto percentual	% valores fim do exercício	Aumento em 1 Ponto percentual	% valores fim do exercício
Valor total do custo de juros	11.494	(5,0%)	13.369	10,4%
Valor total do custo do serviço corrente	1.576	(22,8%)	2.433	19,1%
Valor presente da obrigação atuarial	104.759	(6,8%)	121.351	7,9%

Notas Explicativas

As contribuições normais do Banco como patrocinador da CAPAF, totalizaram, no exercício, R\$10.100 (R\$9.382 em 2010), sendo R\$5.506 referentes ao Plano de Benefícios Definidos e R\$4.594 ao Plano Misto de Benefícios.

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981, sendo pago, no exercício, o montante de R\$11.185 (R\$10.444 em 2010).

Planos para saneamento do déficit da CAPAF

O Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) – Diretoria de Análise Técnica, por meio das Portarias nºs 585/586/587/588 e 589, de 05 de agosto de 2010, publicadas no Diário Oficial da União, do dia 06 de agosto de 2010, autorizou o seguinte:

a) A aplicação dos Regulamentos dos planos:

- 1º - Plano de Benefícios Previdenciários PREV AMAZ ÔNIA;
- 2º - Plano Misto de Benefício Saldado; e
- 3º - Plano de Benefício Saldado.

b) Alteração dos regulamentos dos Planos:

- 1º - Plano de Benefício Definido; e
- 2º - Plano Misto de Benefícios.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por intermédio das Portarias nºs 254, 255 e 256, todas de 25.05.2011, publicadas no Diário Oficial da União de 27.05.2011, fixou o prazo, improrrogável, de até 30.09.2011, para início do funcionamento dos novos planos de benefícios a serem administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia - CAPAF.

Encerrado o prazo fixado pela PREVIC, o processo atingiu 61,20% do público alvo, com a adesão de 2.196 de um total de 3.587 participantes, não alcançando, portanto, o nível estabelecido para viabilizar a implantação dos planos de benefícios saldados.

Através das Portarias nºs 573 e 574, publicadas no Diário Oficial da União de 04.10.2011, a PREVIC, respectivamente, decretou a intervenção e nomeou o interventor da CAPAF, tendo sido fixado o prazo de 180 dias para a intervenção.

A intervenção ora em curso, a princípio, não interfere nas responsabilidades inerentes ao Banco, que continua registrando e repassando, normalmente, as suas contribuições, inclusive aquelas decorrentes de decisão judicial para complementação da insuficiência de recursos para pagamento da folha de benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas) de responsabilidade da CAPAF vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD). O montante pago no exercício, a partir de março de 2011, foi de R\$28.033 (não houve em 2010).

Auxílio saúde

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente.

De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente

Notas Explicativas

para cada ano.

Desde o registro inicial da obrigação, em dezembro de 2001, vinha sendo computada na base de cálculo dos participantes ativos, somente os empregados vinculados à CAPAF. Em 2008, ao serem revisadas as premissas do benefício, foi dada nova interpretação ao art.2º § 1º do regulamento, onde se define como aposentado aquele que tiver seu contrato de trabalho extinto/rescindido com o Banco, por aposentadoria.

No cálculo atuarial referente ao auxílio-saúde, na data base 31 de dezembro de 2011, foi considerada a hipótese financeira e econômica de crescimento real desse benefício em percentual de 2,2% a.a.

A título de auxílio-saúde o Banco pagou o montante de R\$5.892 (R\$5.889 em 2010).

O saldo da provisão referente a essas obrigações é o seguinte:

	2011	2010
Auxílio-saúde (nota nº 13.b)	97.947	87.499
Aposentados de responsabilidade do Banco (nota nº 13.b)	62.172	61.832
TOTAL	160.119	149.331

A despesa reconhecida no exercício em decorrência dos benefícios acima especificados está assim distribuída:

	2011	2010
Auxílio-saúde	16.341	16.642
Aposentados de responsabilidade do Banco	11.526	13.598
TOTAL	27.867	30.240

25. Remuneração Paga aos Empregados e Administradores**a) Remuneração dos empregados**

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus empregados é de R\$5.530,60 (R\$4.121,88 em 2010). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados corresponde a (em R\$ unitários):

	2011		2010	
	Maior	Menor	Maior	Menor
Empregados	16.224,62	1.520,00	14.884,97	1.249,94
Vencimento básico	2.891,83	958,60	2.653,06	879,45
Adicional por tempo de serviço	741,54	-	680,34	-
Adicional de função comissionada	3.348,32	-	3.071,86	-
Gratificação especial mensal	2.327,23	324,99	2.135,09	312,48
Complem. pessoal temp. adicional de função	6.915,70	-	6.344,62	-
Acordo de trabalho	-	236,41	-	58,01

Neste exercício, foi destinado aos empregados, a título de participação nos lucros, o montante de R\$6.285 (R\$12.439 em 2010).

Notas Explicativas**b) Remuneração do pessoal chave da administração**

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada:

	2011	2010
Diretoria	33.689,04	34.657,92
Conselho de Administração	2.724,40	2.474,21
Conselho Fiscal	2.617,72	2.759,56

Os honorários atribuídos, no exercício, aos administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

	2011	2010
Diretoria	3.084	2.650
Honorários	2.426	2.425
Ajuda de Custo	199	44
Participação no Lucro	459	181
Conselho de Administração	196	186
Conselho Fiscal	141	140
Comitê de Auditoria	315	339
TOTAL	3.736	3.315

26. Processo de Gerenciamento de Riscos

A Gestão de Riscos, no âmbito do Banco da Amazônia S.A, tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

A gestão de risco está distribuída em:

Risco de Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez no Banco da Amazônia é regida pela Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A Política estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa (aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos) da Instituição realizado pela Gerência de Riscos.

No que tange à análise do fluxo de caixa, o Banco da Amazônia manteve, no ano de 2011, uma liquidez bastante confortável, sem registro de eventos de extrapolação do índice de disponibilidade de recursos definido na política institucional de risco de liquidez. Os descasamentos verificados no fluxo de caixa foram decorrentes, principalmente, da alocação conservadora das disponibilidades do FNO nos vértices com previsão de desembolso no prazo de até 60 dias. Destaca-se que o volume de recursos disponíveis do FNO, no final de 2011 em relação ao encerramento de 2010, teve um crescimento em torno de 51%, fechando em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$2,807 milhões (R\$1,849 milhões em 2010). Neste cenário, a análise do fluxo projetado demonstra que a Instituição não apresenta problema de liquidez, dado o grande volume de recursos disponível. Esta situação é ratificada pela posição doadora

Notas Explicativas

de recursos que o Banco mantém através das operações de CDI/CDB, fechando em 31 de dezembro de 2011, em torno de R\$497 mil, assim como o elevado valor (66% da carteira de títulos) alocado em títulos públicos de alta liquidez.

Gestão do Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada na Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

A Instituição adotou as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basileia II e da Resolução nº 3.721/2009:

1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco da Amazônia, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A aquisição inclui implantação, instalação, parametrização, integração, personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do Sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do Sistema.

A solução está em fase de finalização e de ajustes finais nas especificidades da Instituição, com previsão para sua efetiva utilização, com as diretrizes e necessidades do Banco, em

Notas Explicativas

ambiente de produção, até maio de 2012.

2. Contratação de empresa especializada em Modelagem e Validação de Risco de Crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito. Os trabalhos já foram iniciados e se encontram em fase de levantamento e análise estatística dos dados. A consultoria entregou pré-diagnóstico correspondente à primeira etapa do projeto. O contrato firmado entre o Banco e a empresa foi prorrogado para 30/06/2012.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornarão ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito e fortalecerão a aderência às políticas institucionais e às exigências do acordo de Basiléia II e da Resolução nº 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e validação periódicas.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução de controle de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a insuficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional e constituindo-se em instrumento de mitigação de risco de crédito. O projeto encontra-se em desenvolvimento, estando em fase de implementação de regras de integração pela consultoria. A previsão para entrada em produção do sistema é junho de 2012.

Gestão de Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e controle deste risco de mercado no Banco da Amazônia é regido pela Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354/2007.

O modelo interno de Value at Risk (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital proposto pelo Banco Central.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 71,64% do valor de mercado (MtM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$1.759 em 31 de dezembro de 2011, o que representa um percentual de 0,04% do valor de mercado do total da carteira.

27. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com o Novo Acordo de Capitais – Basiléia II.

Dessa forma, conforme está definido na Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Executiva e chancelada pela Alta Administração, análises de sensibilidade (testes de estresse)

Notas Explicativas

são realizadas rotineiramente com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Exposições Financeiras		Dezembro/2011 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	1	7.426	14.606
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	1.769	22.434	43.188
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	11	(2.158)	(4.276)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(22)	-	-
Total		1.759	27.702	53.518

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário 1: Consiste no cenário provável para os fatores de risco e tem como base as informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc), tais como a curva de taxa de juros futuros. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$1,88 e a taxa de juros de 1 ano foi de 11%a.a.

Cenário 2: Foram realizados choques paralelos de 25% com base no mercado de 31 de dezembro de 2011 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,34, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 13,7%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram realizados choques paralelos de 50% com base no mercado de 31 de dezembro de 2011 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,81, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 16,5%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2011. Os resultados apresentados nos cenários de stress (Cenários 2 e 3) ratificam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que registra baixa variação no valor a mercado das posições detidas pela instituição, que detém 69,1% ante 72% registrado no final de 2010, do valor a mercado dos ativos da carteira alocados em títulos públicos indexados à SELIC e papéis privados indexados ao CDI, não havendo alteração relevante nas exposições da Instituição.

Notas Explicativas

28. Informações complementares

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	4.767.168	4.308.891
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	85.140	79.420
TOTAL	4.852.308	4.388.311

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$135.492 (R\$122.823 em 31.12.2010), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

c.1) Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos e em atendimento ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa. As situações mais relevantes das quais o Banco é parte de acordo com a natureza jurídica são:

- a. **Ações trabalhistas** – As ações trabalhistas são agrupadas em função do tipo e objeto, às quais são atribuídas perdas médias esperadas e fatores de ponderação de perdas, apuradas em estudo estatístico e baseado nas ações encerradas nos últimos 5 anos.
- b. **Ações de natureza cível** – Em sua maioria representam ações relacionadas à reparação de danos morais e patrimoniais, em função de inscrição em órgãos restritivos, pagamento de cheques falsificados e contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em razão de planos econômicos. As ações foram agrupadas por objeto às quais são atribuídas “perdas médias esperadas” apuradas em estudo estatístico, considerando as ações encerradas nos últimos 5 anos. Para todas as ações cíveis ativas sem condenação ou com decisão favorável a provisão é calculada com base nas perdas médias esperadas. Nas ações com decisão desfavorável a provisão é de 100% do valor da condenação. Provisionam-se, ainda, as condenações do Banco em honorário de sucumbência.
- c. **Ações de natureza fiscal** – São ações decorrentes de autuações fiscais pelo poder público no âmbito da União, estados e municípios. A provisão é constituída em 100% dos valores executados;
- d. **Outros** – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de dezembro de 2011, foram interpostas contra o Banco 838 ações. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$18.173. No exercício, foram cumpridas 66 ações no valor de R\$5.901.

Notas Explicativas

A movimentação da provisão no exercício está abaixo especificada (nota nº 13.b):

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Adição	Utilização	Saldo em 31.12.2011
Trabalhista	28.215	14.565	(14.246)	28.534
Cível/Fiscal	23.542	9.326	(7.091)	25.777
Fdos Invest.	19.398	4.411	(5.636)	18.173

c.2) FINAM

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos iniciais indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$19.708, com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2011 (R\$15.908 em 2010). No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

29. Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2011 e em 2010, não existiam contratos de derivativos em aberto.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.

Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Base para abstenção de opinião

Nossos procedimentos de auditoria revelaram os seguintes assuntos com relação a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF:

- Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e o Banco, sob orientação de consultoria técnica atuarial especificamente contratada para assessorar o Banco no plano de reestruturação, e em atendimento ao Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos da CAPAF, concluíram a elaboração dos regulamentos do “Plano Misto de Benefícios Saldado”, “Plano Saldado de Benefício Definido” e do “Plano de Benefícios Previdenciários PREV AMAZÔNIA”, os quais foram aprovados pelas partes (Diretoria Executiva do Banco e Conselho Deliberativo da CAPAF) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O Banco recebeu da consultoria contratada um estudo atualizado com base em fevereiro de 2010 que estimava o déficit atuarial destes novos planos em aproximadamente R\$ 1.207.000 mil (não auditado e não revisado), o qual considerava as seguintes premissas: (i) a adesão da totalidade dos participantes aos novos acordos do plano de benefício; (ii) a responsabilidade do Banco em 72,84% do valor total do passivo atuarial apurado acima; e (iii) a responsabilidade dos empregados ativos e assistidos em 27,16% do valor total do passivo atuarial apurado acima. A implantação do projeto de reestruturação não foi concluída até a data limite estabelecida pela PREVIC (30 de setembro de 2011), visto que a adesão dos participantes do plano não atingiu o percentual mínimo para que o plano pudesse ser colocado em prática para a efetivação da reestruturação. Como consequência, e em cumprimento às disposições contidas no artigo 44 da Lei Complementar 109, em 3 de outubro de 2011 a PREVIC decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias, conforme Portaria 573, e nomeou seu interventor através da Portaria 574, determinando a perda do mandato dos atuais membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da CAPAF e dando amplos poderes de administração ao interventor. O prazo de intervenção na CAPAF está em curso, e, portanto, não é possível saber quais serão as medidas propostas no processo e intervenções para o saneamento ou liquidação dos planos de benefícios da CAPAF e seus efeitos nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2011.

- O Banco efetua a provisão para obrigações atuariais com base em um percentual do déficit atuarial calculado pelo atuário-consultor correspondente à parcela do seu patrocínio, que é de 50%. Esse procedimento não está de acordo com a metodologia atuarial prevista na Deliberação CVM 600. Em 31 de dezembro de 2011, o valor referente aos 50% não provisionados monta em R\$ 404.984 mil.

- Durante o exercício de 2010 o Banco aplicou pela primeira vez a Deliberação CVM 600, porém, o laudo atuarial não considerou o efeito da adoção inicial do padrão contábil estabelecido pela CVM 600 e os ganhos e perdas atuariais não foram reconhecidos conforme os requerimentos de transição. Dessa forma, o Banco continua diferindo o montante total de ganhos ou perdas atuariais acumulados conforme estabelecido pela Deliberação CVM 371, que foi revogada pela Deliberação supracitada.

- Conforme mencionado na nota explicativa 24, em 31 de dezembro de 2011 o Plano Misto de Benefícios apresenta déficit atuarial no montante de R\$ 56.851 mil, o qual não foi registrado pelo Banco como obrigação atuarial.

- Em 31 de dezembro de 2011, o Banco possui registrado na conta Outros Créditos – Diversos – Títulos e Créditos a Receber, o valor de R\$ 143.142 mil, correspondente aos aportes efetuados a maior para a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia

– CAPAF, no plano de contribuição definida e pagamentos de causas judiciais de responsabilidade daquela Entidade. As partes interessadas expressaram, em instrumentos jurídicos e correspondências, a intenção de utilização destas importâncias no equacionamento do déficit atuarial que existe no plano de benefício definido e/ou restituição dos valores ao Banco. Uma vez que o processo de equacionamento do déficit atuarial dos planos da CAPAF não foi concluído, a realização dos referidos saldos dependerá das decisões tomadas no processo de intervenção da CAPAF pela PREVIC.

• Conforme mencionado na nota explicativa 6, o Banco possui registrado na conta Títulos e Valores Mobiliários, o valor de R\$ 316.453 mil, correspondente a Certificados Financeiros do Tesouro, recebidos pelo Banco dentro do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001. Em 31 de dezembro de 2011, esses títulos foram reclassificados da categoria disponíveis para venda para a categoria de mantidos até o vencimento conforme permitido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil. O Banco tem a prerrogativa de liquidar suas obrigações junto à CAPAF com a utilização desses títulos pelo seu valor de face. Em nosso entendimento, após a transferência desses títulos a valor de face para a CAPAF, estes deverão ser marcados a mercado para fins de cálculo do déficit atuarial e seus efeitos no Banco na figura de patrocinador. O efeito da marcação a mercado, que em 31 de dezembro de 2011 é uma perda de R\$ 37.381 mil, aumentaria a provisão para obrigações atuariais registrada no Banco nesse mesmo montante.

Devido aos assuntos acima mencionados, para a data-base 31 de dezembro de 2011, não nos foi possível concluir sobre a realização do valor a receber da CAPAF de R\$ 143.142 mil registrado em Outros créditos e quanto a adequação da provisão para obrigações atuariais do Banco junto a CAPAF no montante de R\$ 404.984 mil, e o seu respectivo crédito tributário no montante de R\$ 106.360 mil.

Abstenção de opinião

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada suficiente para formar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas.

Ênfase

Conforme mencionado no parágrafo Base para abstenção de opinião e na nota explicativa 24, a PREVIC decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias. Nesta data não é possível mensurar o valor da obrigação atuarial a ser coberta pelo Banco junto a CAPAF, na figura de patrocinador dos planos, bem como o efeito desse evento sobre as operações, sobre as demonstrações financeiras e sobre o patrimônio de referência do Banco em 31 de dezembro de 2011.

Demonstração do valor adicionado

Fomos contratados também para examinar as demonstrações do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, para as quais emitimos relatório datado de 28 de fevereiro de 2011, onde expressamos opinião com ressalva de limitação de escopo referente a adequação da provisão para obrigações atuariais do Banco junto à CAPAF em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 373.084 mil, e o respectivo crédito tributário, no montante de R\$ 117.573 mil.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6-“S”-PA

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-“S”-PA

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ 106.036/O-5-“S”-PA

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL

PARECER CF N° 2012/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2011

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Depois de analisar o Parecer da auditoria Independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 7 de fevereiro de 2012, e após os exames efetuados, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 31 de dezembro de 2011, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, sobre a CAPAF.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2012.

GLAUBEN TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente

RICARDO PENA PINHEIRO
Conselheiro

PENHA MARIA BARROSO AGUIAR
Conselheira

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício findo em 2011 e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Quanto ao Parecer emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, datado de 07 de fevereiro de 2012, relativo a essas demonstrações financeiras, a Administração do Banco tomou ciência da abstenção de opinião nele contida e declara que todas as medidas ao seu alcance foram adotadas para a solução do déficit da Caixa de Previdência Complementar (CAPAF). No momento, aguarda o resultado dos trabalhos do interventor.

Belém (PA), 07 de fevereiro de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício findo em 2011 e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Quanto ao Parecer emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, datado de 07 de fevereiro de 2012, relativo a essas demonstrações financeiras, a Administração do Banco tomou ciência da abstenção de opinião nele contida e declara que todas as medidas ao seu alcance foram adotadas para a solução do déficit da Caixa de Previdência Complementar (CAPAF). No momento, aguarda o resultado dos trabalhos do interventor.

Belém (PA), 07 de fevereiro de 2012.